

CULTURAS DE FIBRA





A tecelagem com fibras extraídas de palmeiras, cipós e taboas que nascem na mata Atlântica ainda se pratica como um arte manual tradicional, interrompida somente nos lugares onde o progresso chegou.

A estrada BR-101, que nos anos de 1970 atravessou a região desde a cidade do Rio de Janeiro, passando por Paraty até o Porto de Santos, permitiu a influência cultural dos objetos industrializados, feitos de plástico, alumínio e outros metais.

Esta arte nativa de entretecer palhas, resiste entre os mestres do saber e a população de jovens indígenas, caiçaras e quilombolas fortalecendo a economia.

A abertura da estrada permitiu a chegada do turismo em massa. Vimos então o renascimento da cestaria tradicional, como também as inovações no uso dos tecidos entrelaçados, que se percebem em novas aplicações para suas técnicas milenares.

A vitalidade dinâmica das culturas tradicionais permite adaptar-se com grande engenho às exigências da vida atual.

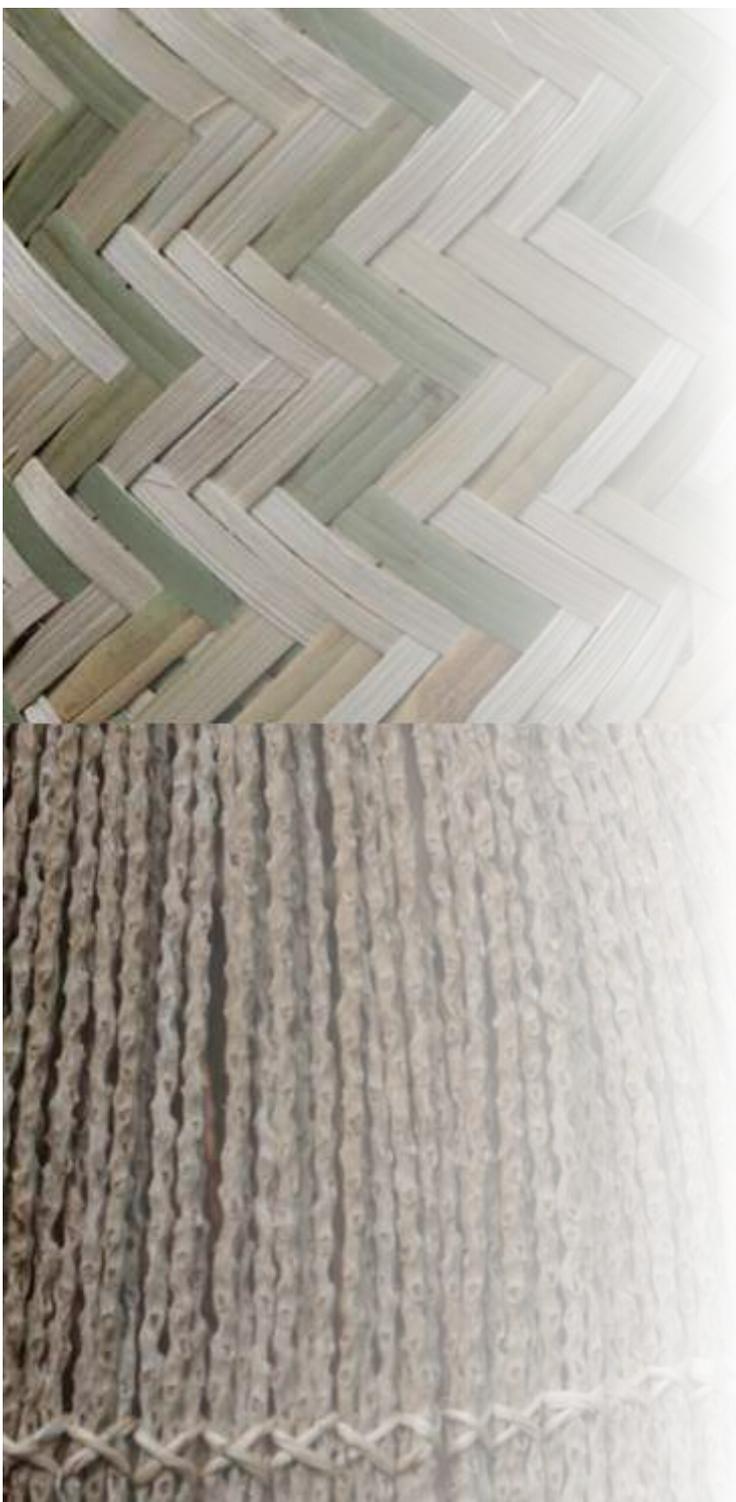


Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Culturas de fibra





- 4- Prefácio
- 6- O que é a Biosfera da Mata Atlântica
- 3- Fibras para Cestaria
- 4- Utilidade dos Trançados
- 5- Partes do Trançado
- 6- Técnicas de Cestaria
- 7- Comunidade Indígena de Araponga
- 8- Comunidade Quilombola do Campinho da Independência
- 9- Comunidade Caiçara da Praia do Sono
- 10- Comunidade Caiçara do Corrupira
- 11- Os Cantos
- 12- Problemáticas Comuns às Três Culturas
- 13- Referências

Prefácio

Culturas da Mata Atlântica e sua relação com a Floresta

Centenas de anos antes da chegada do homem branco, conquistador destas terras, os silvícolas em suas diversas etnias tinham presente a atividade de tecer com fibras extraídas das espécies vegetais da região, hoje chamada de Mata Atlântica.

A atividade de entrelaçar, tecer, entretecer foi um importantíssimo impulso na subsistência das pessoas que ali moravam e que ainda moram. As fibras de origem vegetal eram usadas para construir coberturas para proteger-se das variações climáticas; processar alimentos: como a mandioca, para extração do suco; servir os alimentos: como nas cestas em forma de gamela ou prato; para pescar o peixe, transportá-lo ou defumá-lo; estocar sementes: como as de milho e feijão; e para transportar todo tipo de carga.

Ao mesmo tempo em que vemos a sofisticação da modernidade crescendo dia a dia e com ela a adaptação funcional das cestas, construções e objetos tecidos, feitos já não tanto para o uso doméstico, mas para turistas que consomem estes produtos; outros objetos como o tipiti, o covo e as esteiras feitas de taboa que forram o chão continuam como há séculos.

A tecelagem com fibras extraídas das palmeiras, dos cipós, das taboas que nascem no brejo, está sempre sendo praticada ainda como uma arte manual tradicional, interrompida somente nos lugares aonde o progresso chegou, como a estrada BR-101, que nos anos de 1970 atravessou a região desde a cidade do Rio de Janeiro até o Porto de Santos, permitindo a influência cultural dos objetos industrializados, feitos de alumínio e plástico.

A abertura da estrada permitiu a chegada do turismo em massa e estimulou o interesse da população de indígenas, caiçaras e quilombolas em permanecer com esta arte nativa, porque fortaleceu a economia.

Vimos então o renascimento da cestaria tradicional, como também as inovações no uso dos tecidos e entrelaçados, que se percebem em novas aplicações para suas técnicas. Esta vitalidade dinâmica permite adaptar-se com grande engenho às exigências da vida atual.

É o caso de Dona Sandra Porto, que faz peixes tecidos de fibras de cipó que servem como enfeites para consumidores da cidade grande.

Ou o caso das artesãs Dilma Bento e Adilsa Martins, do Quilombo do Campinho da Independência, que preparam enormes esteiras de mais de dez metros para enfeitar as casas dos Condomínios.

Os balaios que nas casas dos agricultores servem para guardar raízes, são adaptados para guardar roupas nas lavanderias dos apartamentos de São Paulo ou do Rio de Janeiro ou de outras metrópoles.

As adaptações e reemergências estão também entre os povos caiçaras (povo dos pescadores), que constroem suas vivendas com o tecido entrelaçado da taquara amarrada com cipó e protegem suas casas com telhados de sapé entretecido com cipó.

Alguns materiais fibrosos para tecer cestos, por exemplo, estão desaparecendo. É o caso do cipó embé. As causas registradas do desaparecimento de espécies provedoras de fibras, como o cipó, são atribuídas à privatização dos lugares onde se extraía o material; já o desaparecimento da taquara, se deve ao seu próprio ciclo natural, no qual a cada vinte anos este vegetal seca, tornando-se então necessário aguardar cerca de três anos para que o novo broto se torne aproveitável.

Segundo Dona Cida das Pedras Azuis, outras espécies

estão sendo ameaçadas por causa do desmatamento. É o caso das palmeiras juçara e pupunha, das quais são aproveitadas as folhas e flores na manufatura de objetos. E outra razão são as mudanças climáticas como o excesso de chuva ou secas prolongadas.

Segundo Seu Biaca, morador da Praia do Sono, já ocorreu o desaparecimento da taboa na localidade aonde antes se extraía o vegetal. A solução encontrada por ele foi o replantio.

A utilização das fibras nas construções das vivendas e a manufatura com fibras e seu emprego até os dias atuais demonstra que a tecelagem não é estática, mas sempre criativa e variante, e isso é uma verdade tanto hoje como no passado.

O conhecimento do ambiente físico da região, a tradição na colheita, o respeito pelo “tempo certo” de colher e de preservar o ritmo da natureza é a garantia dos habitantes da floresta, de perpetuar a arte e a sustentabilidade do estilo de vida na mata. Tradição passada de geração em geração, às vezes sem palavras, mas com os gestos simples e generosos de quem depende da vida dos vegetais para viver.

Embora algumas comunidades já tenham perdido totalmente a arte de tecer cestos - principal atividade com fibras, outras a continuam mantendo.

Os maravilhosos cestos entretecidos de taquara e cipó das comunidades indígenas de Araponga e Paraty Mirim são uma exclusividade dessas aldeias.

Em algumas comunidades caiçaras encontramos apenas um artesão, como no caso do Pouso da Cajaíba, onde se encontra somente a Dona Dica; na Praia de Martins de Sá vive há várias gerações a família do senhor Manoel dos Remédios, conhecido como ‘Seu Maneco’, também conhecedor solitário da utilidade das fibras do mato em sua região. Em outras comunidades, devido à idade avançada, os anciãos conhecedores das técnicas já não mais produzem, mas lembram-se das técnicas; estas comunidades estão

fadadas a esta perda cultural.

O resultado desafortunado desta não transmissão do conhecimento está sendo o abandono por parte dos mais jovens das técnicas e usos das fibras, tanto para fazer cestos como outros objetos e instrumentos, condenando este saber ao esquecimento.

Outro agravante de perda cultural, como a fabricação de instrumentos, as músicas, as danças e a mudança filosófico-religiosa, originou-se pela forte influência imposta pelas igrejas denominadas “crentes”, movimento este iniciado nos anos de 1980.

No Quilombo Campinho da Independência a Casa de Artesanato recebe trabalhos para exposição das artistas do lugar, afirmando o propósito de perpetuar a tradição. A artesã Adilsa Martins dá aulas de tecelagem na escola da comunidade, ensinando às crianças a trabalhar a taboa e a taquara sendo um exemplo de reconhecimento do saber ancestral.

Constata-se que a comunidade quilombola é a mais produtiva, e as trinta famílias originárias ensinaram a seus filhos e netos a arte de trabalhar trançados e tecidos, sendo os membros mais jovens seguidores entusiastas dos modos de fazer.

Na aldeia indígena Araponga encontra-se Dona Marciana que consegue os melhores preços pelas suas cestas vendidas para colecionadores do Brasil e do exterior, e produz com considerável frequência.

No livro incluímos várias histórias de tecelãs e fizemos o mapeamento da região, a fim de resgatar a memória dos cesteiros tradicionais e dos artesãos que melhor dominam a técnica de fazer telhados, armadilhas e outras construções e objetos. Incluímos um glossário, registrando a linguagem de cada comunidade.

O material de registro de pesquisa escrito, fotográfico e audiovisual foi colhido pelos alunos participantes dos

projetos do Ministério da Cultura - MinC e da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, nos “Pontos de Cultura”.

A idéia das pesquisas foi relacionar os alunos dos Pontos de Cultura com os habitantes das suas próprias comunidades implementando técnicas de comunicação particulares para construir o conteúdo do livro, o registro fotográfico e em vídeo, com uma relação mais livre entre o pesquisador-observador e o entrevistado.

Todo o material recolhido pelos coordenadores e bolsistas monitores das três comunidades, durante os dez meses, ficou como registro permanente na comunidade.

Pode-se perceber no filme as falas escassas enquanto retiram a matéria prima do mato; o interesse verdadeiro dos mais jovens; a naturalidade dos artesãos quando explicam com palavras simples, às vezes com gestos.

Comunidade: unidade de gestos e movimentos relacionando-se com a matéria prima, as plantas, os cipós, as palmeiras. O movimento do facão ao afastar o mato; a certeza do golpe ao cortar as palhas, ou a taboa; o movimento do corpo ao segurar os fechos de sapê; a destreza de segurar com o pé o “umbigo” da urdidura que dá origem ao cesto. Todo o corpo se entrelaça. A alma do artista é parte da trama. Isto é o que dá significado vivo aos objetos manufaturados.

O que é a Biosfera da Mata Atlântica.

A Mata Atlântica é considerada uma das cinco áreas prioritárias para ações de conservação ambiental no Planeta. Estas áreas são denominadas “hotspots”, do inglês “pontos quentes”, pois contêm cerca de 1,5 mil das 300 mil espécies do Planeta, e têm perdido mais de três quartos da sua vegetação original. O número de espécies endêmicas da Mata Atlântica é alto, especialmente em árvores e bromélias. Existe também uma grande biodiversidade de animais vertebrados e invertebrados em sua área. Por isso a Mata Atlântica é considerada o bioma de maior biodiversidade do mundo. A restinga é outro exemplo de vegetação típica associada à Mata Atlântica. É uma área de floresta baixa de arbustos e árvores que se mistura a brejos e lagoas, separando o mar das regiões de mata mais densa. É muito comum no Estado do Rio de Janeiro.

Nesse aspecto a Mata Atlântica representava no passado 12% do território nacional, chegando hoje a um nível alarmante de redução de sua cobertura florestal, ocasionada pelos ciclos econômicos agrícolas com exploração de grandes áreas, e com a ocupação histórica das regiões litorâneas, com a construção de vilas e grandes cidades.

Por isso a maior parte das espécies ameaçadas de extinção no Brasil encontra-se na Mata Atlântica onde só restam 5% da cobertura original.

O relevo da Serra do Mar dificulta em alguns lugares sua exploração, assim essas áreas sofreram menor impacto

e mantêm suas características ambientais pouco alteradas, por isso ficaram sujeitas à criação de Unidades de Conservação (UC) para manter sua integridade, baseando-se na preservação de seus recursos naturais.

A reserva da Biosfera da Mata Atlântica (BMA), cuja área foi reconhecida pela UNESCO em cinco fases sucessivas: entre 1991 a 2002 foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da Biosfera em área florestada do Planeta, com cerca de 35 milhões de hectares abrangendo áreas de 15 estados brasileiros, onde ocorre a Mata Atlântica.

Qual é a missão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Como área demarcada, a RBMA recebe apoio e recursos financeiros coerentes com as missões e funções preconizadas pelo Programa MAB/UNESCO para as reservas da biosfera em geral, que são a conservação da biodiversidade, a promoção do desenvolvimento sustentável e o fomento à pesquisa, ao monitoramento e à educação ambiental.

A missão é contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre as sociedades humanas e o ambiente nessa área.

A função da RBMA é a conservação da biodiversidade e dos demais atributos naturais da Mata Atlântica, incluindo a paisagem e os recursos hídricos:

* a valorização da sócio-diversidade e do patrimônio étnico e cultural a ela vinculados;

* o fomento ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ecologicamente sustentável;

* apoio a projetos demonstrativos, à produção e difusão do conhecimento, à educação ambiental e capacitação, à pesquisa científica e o monitoramento nos campos da conservação e do desenvolvimento sustentável.

A UNESCO (em inglês, United Nations Educational,

Scientific and Cultural Organization) é um organismo especializado do sistema das Nações Unidas. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi fundada em 16 de novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações.

(fonte: Wikipedia

Português - A enciclopédia livre)

Parques e Reservas

Grande parte das matas de Paraty está protegida por estar em parques nacionais ou estaduais e em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Parque Nacional da Serra da Bocaina - Criado em 1971, inicia-se na Ponta da Trindade, na divisa com São Paulo, seguindo para oeste, até encontrar o Parque Estadual da Serra do Mar, em Ubatuba, no Núcleo Picinguaba. A área integra ainda a APA do Cairuçu e a Reserva Ecológica da Joatinga. O parque se estende por uma área de 134 mil hectares entre São Paulo e Rio de Janeiro, dos quais mais de 35 mil fazem parte de Paraty. Caminhadas ecológicas, geralmente monitoradas, como a do trecho do Caminho do Ouro, e cavalgadas são alguns dos passeios que o visitante pode fazer para conhecer melhor esse cantinho da Mata Atlântica. / Parque Nacional da Serra da Bocaina, São José do Barreiro, SP.

Reserva Ecológica da Juatinga - Criada em 1991, visa preservar as comunidades caiçaras e possui oito mil hectares de remanescentes florestais de Mata Atlântica. Abrange as praias: Grande, Itanema, Itaoca, Calhaus, Cajaíba, Juatinga, Martim de Sá, Ponta Negra, Antiguinhos, Antigos e do Sono.

A maioria delas acessível somente por trilha ou barco. Instituto Estadual de Florestas (IEF) - www.ief.rj.gov.br.

APA do Cairuçu - Abrange 63 ilhas e grande parte do continente coincidindo com o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Dentro da APA a cultura da pescaria artesanal é preservada e os locais têm permissão para pescar com redes como faziam os índios. APA do Cairuçu, rodovia BR-101 (Rio-Santos), trevo do Patrimônio, no acesso para Trindade.

Parque Ecológico de Paraty-Mirim - A antiga Área de Lazer de Paraty-Mirim foi transformada em Parque Ecológico para evitar que a expansão turística comprometesse o ecossistema local. Abriga a praia, o rio e a reserva indígena de Paraty-Mirim. Também está situada dentro da APA do Cairuçu.



Fibras para Cestaria

O material cesteiro mais apropriado e mais disponível para os habitantes da Mata Atlântica provém de várias palmeiras como: juçara, pindoba, brejauba e guaricanga.

Fibras de folhas e gramíneas: os habitantes do Quilombo Campinho da Independência aproveitam as folhas que envolvem o milho para fazer tecidos de cestos e bonecas. Também aproveitam as folhas da bananeira, o caule seco e fatiado.

O capim sapê é uma gramínea muito usada para coberturas e telhados nas três comunidades.

Fibras de taboas: A taboa é um caniço (cat-tale, em inglês) que nasce no brejo. As hastes alcançam 3 metros de altura e são utilizadas para fazer esteiras para cobrir o chão, para sentar ou dormir; também servem para construir divisórias de ambientes, tapetes, descansos de panela, cestos e chapéus. A taboa é especialmente usada na comunidade Campinho da Independência.

Taquara, bambu e entrecascas de árvores: A haste da taquara fina, flexível, de composição lenhosa, possuem qualidades especiais de forma e superfície lustrosa (também serve para receber tintas) para o entrelacamento.



A cestaria mais elaborada apresenta desenhos geométricos contrastando elementos claros e escuros, padrão de desenho desenvolvido conservando-se a película verde externa da taquara (*Chusquea ramosissima*), ou utilizando (Taquaruçu) taquara de lixa.

Objetos de uso variado são trançados com fasquias de taquara, como por exemplo: tipiti - para extrair o suco da polpa da mandioca amarga; peneiras plataformas; cestos cargueiros; cestos com forma de estojos; com tampa; com desenhos geométricos - quando tingidas, combinando as cores; ou entrelaçados com cipó imbé. Também pode-se fazer leques e chocalhos.



Raízes aéreas, cipós, varas: os habitantes da região conhecem o cipó una; cipó braço forte; cipó caboclo; cipó imbé, *philodendron imbé* ("wembepí" na língua guarani); cipó balaio; e cipó timbupeba.



Utilidade dos trançados

Quanto ao uso e função, os objetos trançados das culturas tradicionais de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, podem ser classificados dentro das seguintes categorias:

* Função nas casas e habitações. Esteiras usadas como pára-ventos ou em paredes divisórias internas e portas

Casas construídas à semelhança de grandes cestos. Cobertura de teto e paredes.

* Mobiliário. Utensílios de cozinha e domésticos em geral:

- 1- Esteiras usadas como tapetes para sentar, comer, ou dormir
- 2- Cestaria de várias formas e tamanhos usadas para armazenar farinha de mandioca, milho, amendoim, bananas, peixe, camarão, moluscos, caracóis e outros produtos.
- 3- Canastras para guardar vários utensílios (implementos de fiação, tecidos, cordas, e miudezas)
- 4- Para guardar plumas, penas, adornos plumários, implementos dos pajés.
- 5- Cestos com forma de gamela, com forma de tigela, e as suas miniaturas para servir alimentos e guardar pequenos objetos.
- 6- Peneiras para espanar a palha do arroz, ou de outros cereais e sementes como feijão.
- 7- Leques e abanos de fogo.
- 8- Trançado envolvendo cabos de ferramentas ou de

instrumentos musicais.

* Trabalho com fibras para o processamento de alguma substância:

- 1- Tipiti e outros para processar mandioca
- 2- Armadilhas de pesca, covo e outras.
- 3- Armadilhas de caça.
- 4- Redes trançadas com fibras vegetais.
- 5- Cestos para defumação de peixe ou outros produtos, como a banana.



Cestos cargueiros para carregar produtos sobre animais:

1- Jacá feito de cipó

* Cestos cargueiros para carregar produtos sobre a cabeça:

1- Cesto cargueiro usado com auxílio de uma faixa

* Cestos tipo bolsa:

1- Cestinhos de várias formas e tamanhos para carregar objetos diversos durante as viagens como: produtos da roça, caça, pesca, colheita de frutas e folhas do mato.

2- Instrumentos como chocalhos trançados

3- Brinquedos infantis como petecas.









Partes do trançado

* Armação ou base:

É a parte inferior do cesto que apresenta distintas características. A fundação da cesta é feita com fitas de taquara. Estas fitas são cortadas em larguras idênticas, formando uma base rígida onde já são calculados os pontos ao redor dos quais vai se dobrando e entrelaçando o tecido, podendo ser: plana, convexa, arredondada, cônica, tetrapode e pedestal.



Outros tipos de bases são:

1- Base diamante: feito com trançado com forma de losango cheio.



2- Base quadricular: elementos da urdidura são cruzados em ângulos retos 4 a 4 formando um padrão de trançado quadricular fechado.



3- Base em forma de asterisco: os elementos da urdidura se dispõem em posição radial e são envolvidos com a trama. Paulatinamente vão se adicionando novas talas ao urdume prosseguindo o trabalho dentro do trançado torcido.



4- Base com forma de asterisco múltiplo: ocorre quando 16 elementos da urdidura são cruzados em séries de 2 fixados entre si pela passagem em círculo da trama. À medida que o trabalho avança aumenta o número de talas da urdidura para expandir o diâmetro do cesto.



5- Base radial: um anel é enlaçado por pontos longos que irradiam dele em forma circular. É usado em cestos sarjados e torcidos.



* Trançado:

São elementos flexíveis que vão dobrando e passando, formando desenhos.



* Partes do cesto:

1- Parte, borda ou bocal: acabamento superior de um cesto. Tipos: alargado, estreitado, reforçado internamente e/ou externamente, roliço, introvertido ou extrovertido.

2- Parte pescoço: é a porção intermediária entre a beira e o corpo do cesto (no caso de cestos com forma de vaso).

3- Parte do corpo (bojo): compreende toda a extensão exceto a borda, o pescoço e a base do cesto.



* Tipos de cestos:

Esférico, cilíndrico, retangular, quadrado, em forma de cone ou de campânula.

* Arremate do cesto:

1- Borda lisa: ourela simples ou autoremate. As talas sobressalentes do trançado são voltadas para dentro, procedendo-se ao reentrancamento da parte dobrada na face interna.

2- Borda com ourela dupla: borda com desdobramento das talas das partes do cesto ao atingirem a beira, acrescentando enxertos sobrepostos nas talas existentes para reforçar,

* Formas dos cestos:

Elipsoidais ou ovalados na borda (comumente na base).

1- Bolsiformes: recipientes chamados ordinariamente de bolsa ou sacola. São providos de alças para pendurar ou carregar. Variam em tamanho e forma: retangular, quadrangular, oval, trapezoidal, com ou sem aba.

2- Estojiformes: cestos tipo caixa ou cofre, com tampa. Estrutura rígida e formato definido (retangular, quadrado ou elítico).

3- Gameliformes: com forma de gamela. Assemelham-se ao vasilhame de cerâmica destinado a servir, ou seja, de borda alargada e diâmetro proporcional à base. Formas quadrada, retangular, esférica.

4- Paneiriformes: assemelham-se aos cestos gameliformes, sendo porém de maior altura. São comumente chamados paneiros, usados para guardar farinha de mandioca.

5- Platiformes: cestos rasos como pratos ou bandejas, com malhas de tecido mais abertas. São usados para cernir, classificados como peneiras. Alguns são quadrados e de bordas reforçadas.

6- Vasiformes: cestos em forma de vasos.

7- Cestos cargueiros: utilizados no transporte de produtos da roça, caça, pesca, coleta, colheita, lenha, ou usados para mudanças. Providos de alça para suspender, variam em forma, técnica e tamanho: jamaxim ou panacu de três lados, fundo plano e alça para cingir a testa ou carregar nos ombros, como mochila.

8- Jacá: cesto esférico para transporte de carga, geralmente em lombo de burro, trançado de fasquias de cipó, em técnica de entretorcido.



Técnicas de Cestaria

* Arqueado:

É o modo mais elementar de entrecruzamento. O tramado arqueado é obtido pela passagem de um elemento ativo, a trama, sob e sobre, e um elemento passivo: a urdidura. Falando-se “um por baixo e outro por cima”. O termo “arqueado” e o procedimento de entrecruzar, não se alteram quando por alguma razão se utiliza dois ou mais elementos de menor espessura conjuntamente.



* Quadriculado ou xadrezado:

Os elementos constituintes (fasquias) são geralmente mais largos do que no trançado arqueado ou então de uma laçada de dois ou mais elementos, até 4 fasquias juntas. Passa sob e sobre, igual número de outras unidades que constitui a urdidura.

A aparência do trançado é a de um tabuleiro de xadrez, independentemente de se colocar ênfase



No plano vertical-horizontal ou no diagonal, como ocorre no caso das esteiras.

* Sarjas:

Essa técnica se caracteriza pela formação de “pontos” curtos ou longos que cruzam diagonalmente a superfície da peça. Cada “ponto” é formado pela passagem da trama por pelo menos dois elementos do urdume. O padrão em diagonal é obtido pela progressão regular do elemento da trama, à direita ou à esquerda, em cada movimento sucessivo executado para construir o contorno do cesto, ou longitudinalmente, para trançar a esteira. Materiais mais rígidos como a epiderme das canas e lâminas das talas são os mais indicados para o trançado sarjado. Os cesteiros obtêm padrões muito elaborados através da combinação de técnica de tecido e textura do material.

*Cestaria decorada:

Na cestaria investigada na região encontramos três tipos de gêneros: cestaria não decorada, com decoração simples e com padrões muito intrincados, desenvolvidos em forma de faixas, nas extremidades do cesto ou de forma mais extensa. Esses desenhos são usualmente obtidos pela técnica de sarja e o emprego de matéria prima proveniente da casca do cipó imbé, em um contraste claro-escuro.

Embora a técnica de sarja simples não apresente dificuldades, qualquer modificação quanto ao tamanho, ordem e direção dos pontos flutuantes, feitos com imbé preto (nos casos dos tingidos, são feitos com outra cor contrastante) exige grande maestria do artesão. Desenhos intrincados evidenciam a capacidade criativa do artista ao explorar todas as possibilidades da técnica.

Os desenhos são geométricos no trançado entretecido. Não existem evidências de que tecidos curvilíneos tenham sido utilizados através do emprego de finas taliscas, que é a matéria prima característica do trançado entretecido. As formas dos mesmos representam o meio ambiente com forma escalonada, de diamante, ziguezagueante, triangular e quadrangular e vazados, aos quais atribui-se nomes como: Y OMYI-I, TATU PÉ CUÉ, SALTO, NHACANINA PARÁ, JASYARA PYTU-I, PIRA PIKY PÉ, MOIMBARAKA, QUYQYO PARÁ.

Atualmente os guaranis fazem tingimentos com anilinas industrializadas para os cestos que vendem aos turistas, devido à escassez dessa matéria prima no meio ambiente em que atualmente residem.





Yomyi



Tatu pécué



Nhacaná para



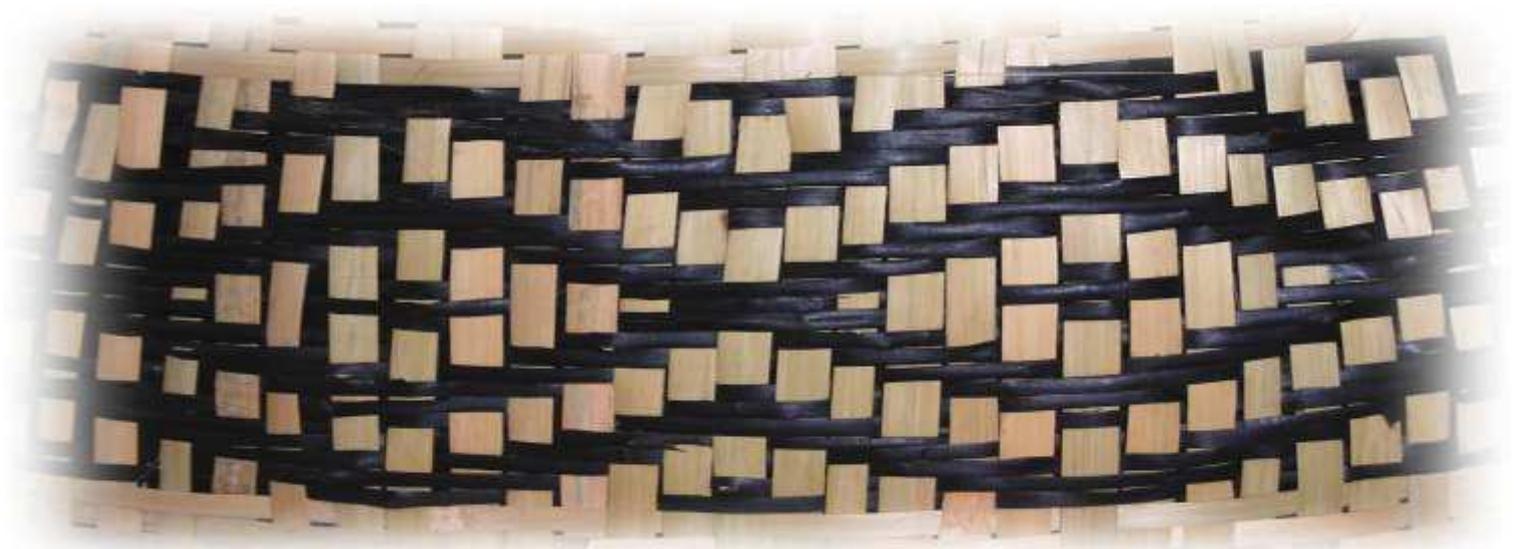
Teju para



ara pytu-i



Okê



Moi mbaraca



Qyqyo-para

No passado os cestos eram utilizados para o transporte e armazenamento dos alimentos. Segundo o mito, Ñanderu, em um passado mítico, decidiu fazer um ajaka/cesto para ser produzido e usado pelos Mbyá. Ao fazê-lo aplicou-lhe desenhos na trama do trançado com motivos bem simples. Charía, outra divindade – mas esta de caráter burlesco e atrapalhado – ao ver o que Ñanderu havia feito, tentou imita-lo. Contudo, Charía fez uma ajaka com motivos bem mais elaborados, associados a desenhos da pele e da aparência de animais. Charía ficou muito feliz com o que fez. Entretanto, Ñanderu, ao saber que havia sido imitado e que a imitação era muito diferente do que havia feito, ficou furioso e neste acesso de fúria lançou um raio no jeguaka/adorno de cabeça de Charía. Ele correu para espantar o fogo que destruía seu jeguaka e enquanto corria as cinzas que saíam das chamas transformaram-se em insetos que picam e incomodamos homens

(ASSIS, 2006b, p. 10-11, grifos da autora)

Assim, os Mbyá-Guarani herdaram de Ñanderú e Charía todas as formas de decoração dos cestos. Como já foi mencionado, tudo é uma reprodução da criação divina. Ñanderú criou decorações simples, diacrônicas, e é desta forma que os Mbyá-Guarani produzem os seus cestos até hoje. Ser Mbyá-Guarani é seguir os ensinamentos de

Ñanderu, ser Mbyá-Guarani é produzir cestos discretos. E isso é belo. O divino sempre é belo.

Todavia, os Mbyá-Guarani produzem os seus artesanatos para a comercialização empregando diversas cores, de forma bastante chamativa e exuberante. Eles procedem assim porque entendem que os juruá/brancos, seus clientes, gostam mais das coisas coloridas, facilitando a comercialização. Na visão deles isso não tem nenhum problema, pois os cestos não são para uso deles, eles não ficarão nas aldeias,

serão postos para fora de sua cultura. Nas palavras de Assis, “a relação com estes objetos é a de que eles são exuberantes, mas por uma escolha consciente, não servem aos Mbyá e, portanto devem ser dirigidos para fora” (ASSIS, 2006a, p. 214). “O que é excessivo, acumulativo, exuberante, é para o outro. Para si, se opta pelo que é simples e considerado essencial” (ASSIS, 2006b, p. 10).

Esse gosto pela discricção, sobriedade, moderação, simplicidade visual dos Mbyá-Guarani segue uma intenção consciente de restringir a percepção visual, senão evitá-la. Ocorre que os sentidos táteis, auditivos e olfativos são privilegiados pela sua capacidade de comunicação com o sobrenatural. A visão, além de não comunicar com o sobrenatural, pode atrapalhar esta comunicação²⁰ (ASSIS, 2006a). Para os Mbyá-Guarani, estimular um sentido significa desestimular os outros. O que chama a atenção visualmente retira a atenção do que é auditivo, olfativo ou tátil. Desta forma, de acordo com a sua cosmologia, nada visualmente “berrante” é produzido. E quanto mais simples, mais belo. Isso é interessante, pois, se para nós o que é belo chama a nossa atenção, entre os Mbyá-Guarani o que é belo não pode chamar a atenção. Uma coisa é bela justamente por não chamar a atenção.

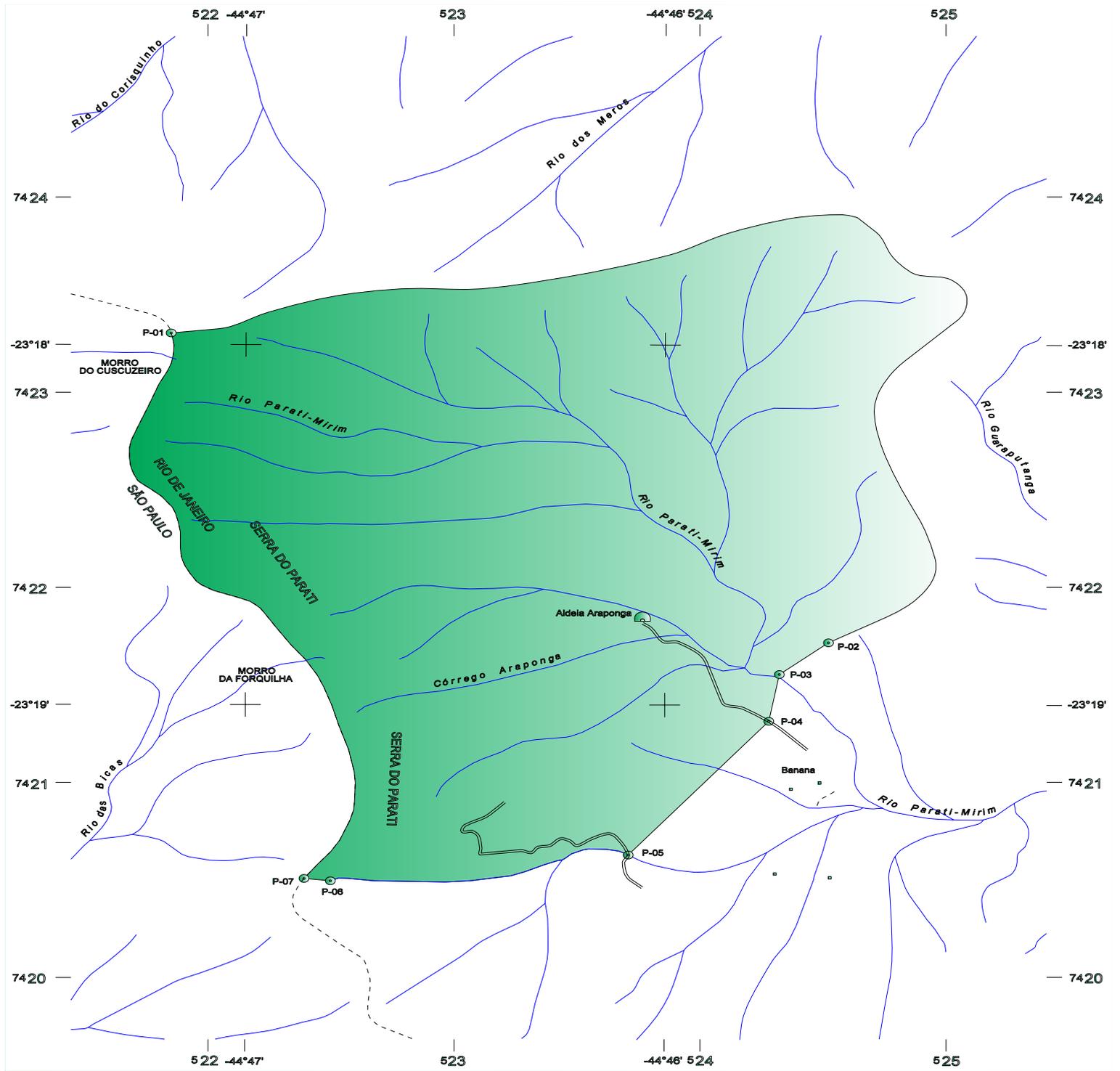


Comunidade

Guarani

de

Araponga



Localização da comunidade e seus limites físicos.

Segundo declara o decreto do Senado Federal em 3 de julho de 1995, o Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso IV da Constituição Federal e tendo em vista o art. 19 da lei n° 6.001 de 19 de dezembro de 1973, e o art 9° do Decreto no 22, de 4 de fevereiro de 1991,

Decreta

“A homologação e demarcação administrativa aprovada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Terra Indígena Guarani Araponga, localizada no Município de Paraty, Estado de Rio de Janeiro, caracterizada de posse tradicional permanente do grupo indígena Mbya, com superfície de 213,2033ha (duzentos e treze hectares, vinte ares e trinta e três centiares) e perímetro de 7.175,05 metros”.

Seus limites físicos são ao Norte: Cabeceira do córrego, braço formador do Rio Paraty Mirim (Carapitanga) próximo do limite interestadual entre o Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Leste: do ponto antes descrito segue pelo Rio Paraty Mirim, 1.497 metros do citado córrego, na confluência dum córrego sem denominação.

Sul: do ponto antes descrito da foz do Córrego Araponga, segue 1.405,58 metros localizado o limite interestadual dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Para chegar até a aldeia pela BR 101, na altura do quilômetro 593 é necessário entrar numa estrada de terra pelo bairro Patrimônio, percorrendo 8 quilômetros pelo caminho de chão em permanente mau estado devido às chuvas constantes na região.

Após o caminho de terra, é necessário vencer um morro num caminho íngreme que tem 2 quilômetros de distância, sendo possível realizar este percurso

apenas a pé ou com carro de tração nas quatro rodas, devido ao mau estado e à inclinação com curvas fechadas.

O regime de chuvas se estende de outubro a março, causando erosão no caminho de chão e o aparecimento de pedras.

Chegando no alto, existe um caminho estreito que só pode ser percorrido a pé, completando uma trilha de aproximadamente 1 quilômetro, sempre ascendente.

Encontra-se uma terra em região montanhosa a 600 metros acima do nível do mar, entre os seguintes morros: no limite Sul-Oeste o Morro do Cruzeiro e Morro da Forquilha, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu, dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Este lugar possui mata virgem em todo seu esplendor, não sendo nunca explorada para a extração de madeira, possuidora de uma fauna e flora raras, onde o nevoeiro relatado pelos poetas acrescenta um mistério paradisíaco.





Atualmente moram no lugar o cacique Augustino da Silva, de mais de oitenta anos, sua esposa, Marciana Pará Marim de Oliveira, com mais ou menos a mesma idade, seu filhos e netos. Constituindo um núcleo estável de 20 pessoas e alguns visitantes de outras aldeias.



Referência à ocupação do lugar pela narrativa dos mais velhos:

Perguntando às pessoas mais velhas da aldeia sobre a maneira ou as razões que os levaram até Araponga elas responderam que ali já estavam seus “parentes”, pessoas próximas que já moravam lá depois de abandonar a aldeia de Bracui, no Município de Angra dos Reis, distante 180 quilômetros do local. No entanto, comprovou-se que os mais velhos nasceram em estados da Região Sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e que seus ancestrais são provenientes de aldeias localizadas no Paraguai e na Argentina.





O professor da escola da aldeia, o guarani Niro Benites, de 32 anos de idade, explicitou: *“Primeiro morávamos na Aldeia Limeira, no Município de Xaçecó, oeste de Santa Catarina, perto dos rios Xaçecó e Xaçecozinho; depois passamos para Aldeia Palmerinha, no oeste do Paraná, às margens do Rio Iguaçu; depois fomos convidados por guaranis do Município de Overa, na Argentina, para residirmos lá; um tempo depois voltamos para o Brasil, para morar na Aldeia Pinheiral, no Município de Osório, no Rio Grande do Sul; de lá fomos para o Estado de São Paulo, na Aldeia Boa Vista, no Município de Ubatuba; algum tempo depois fomos para Angra dos Reis, aqui no Estado do Rio de Janeiro, na Aldeia Sapukai, na localidade de Bracui; então viemos para Paraty, para vivermos aqui na Aldeia (Guyraitapu) Araponga, terra demarcada com abundância de material para fazer artesanato e terra boa para plantar”*.



Deslocamento dos guaranis Mbya e ocupação do litoral do Brasil, inclusive o de Paraty.

Para os antropólogos, o movimento migratório em direção ao leste, ou para beira-mar, teria sua razão de ser no valor simbólico do mito originário dos guarani: a procura da terra sem males.

Autores como Niemuendaju, (1914), autor de vários livros com esta temática, fala do mítico Paranapiacaba, região correspondente à Serra do Mar, corroborando a migração e os deslocamentos feitos em caminhadas pela Serra do Mar como atividades praticadas pelos Guaranis Mbya.

Autores brasileiros como Maria Inês Ladeira, do Centro de Tradições Indígenas (CTI), aprofundam nesta abordagem, tendo como referência Bartolomeu Meliá, que nos anos de 1989 a 1991 apresentou estudos sobre o tema. A autora, desde 1979, tem colaborado com as aldeias do Sul e Sudeste brasileiro, em defesa da regularização e ampliação de terras indígenas e na implantação de projetos de autossustentabilidade.

Segundo narrativa de Seu Augustinho, líder da Aldeia Araponga, a própria família já fez um longo trajeto até chegar em Paraty, passando por várias aldeias dos estados do Sul. Ele próprio nos conta que toda sua vida foi um andar em busca de uma terra para ficar, onde pudesse viver em paz com sua família, resolvendo o problema econômico da subsistência, com espaço onde pudesse plantar e criar seus descendentes.

O modo de viver dos guaranis (tekó) tem uma relação estreita com a ecologia e os relacionamentos sustentáveis. O princípio de viver juntos, a maneira como viviam seus ancestrais (tekoa), pré-supõe um sistema de ajuda mútua, troca e trabalhos em comum como plantio e colheita, caça, pesca e manufatura de artesanato.

Este modo de vida também contempla a vida

comunitária, exige participação nos rituais sagrados como cantar, dançar e orar para Nhanderu na Casa de Reza.

Por sua vez os guaranis envolvidos nessa vida religiosa teriam uma relação de muito respeito com o território, entendendo e respeitando os ciclos da natureza. Segundo estes autores, o modo de viver seria movimentar-se e cuidar do território.

A rede de sociabilidade entre os Guaranis Mbya favorece a visita dos jovens a outras aldeias com a intenção de conhecer outras pessoas e formar casamentos. O cumprimento de uma orientação religiosa (baseada em princípios éticos e morais de comportamento do indivíduo para com ele mesmo e para com a sociedade) é o que permitirá perdurar e fazer expandir na Terra este “modo de vida verdadeiro” deixado por Deus Nhanderu aos humanos.

Outros dados etnográficos em defesa dos deslocamentos históricos dos Guaranis Mbya avaliam que os deslocamentos interpretados como migrações para o lado leste devem ser lidos como ampliações do lado leste do território original do Paraguai, resultado histórico dos eventos do contato com o homem branco.

O historiador Garlet usa as noções de “desterritorialização” e “reterritorialização” como categorias explicativas de um processo histórico de reelaboração do território Mbya, que passaria de uma perspectiva de território contínuo usado de forma circular, a território aberto, descontínuo e sem fronteiras definidas, razão pela qual pode ser ampliado a partir da incorporação de novos espaços. (Ibidem, p.22)

Casas e coberturas temporárias

Ao chegar na aldeia pela trilha temos uma vista privilegiada das casas. As vivendas da aldeia estão em círculo, aparecendo a construção principal, a Casa de Reza (oy guaçu), orientada para o leste, lugar do sol nascente; as outras casas são dispostas deixando distância entre elas e um espaço central: a Praça Cerimonial (oga yekutú).

Os Mbya constroem suas casas atuais com teto e paredes separadas. O teto com cumieira é suspenso por dois esteios principais no qual se apoiam as tesouras principais.



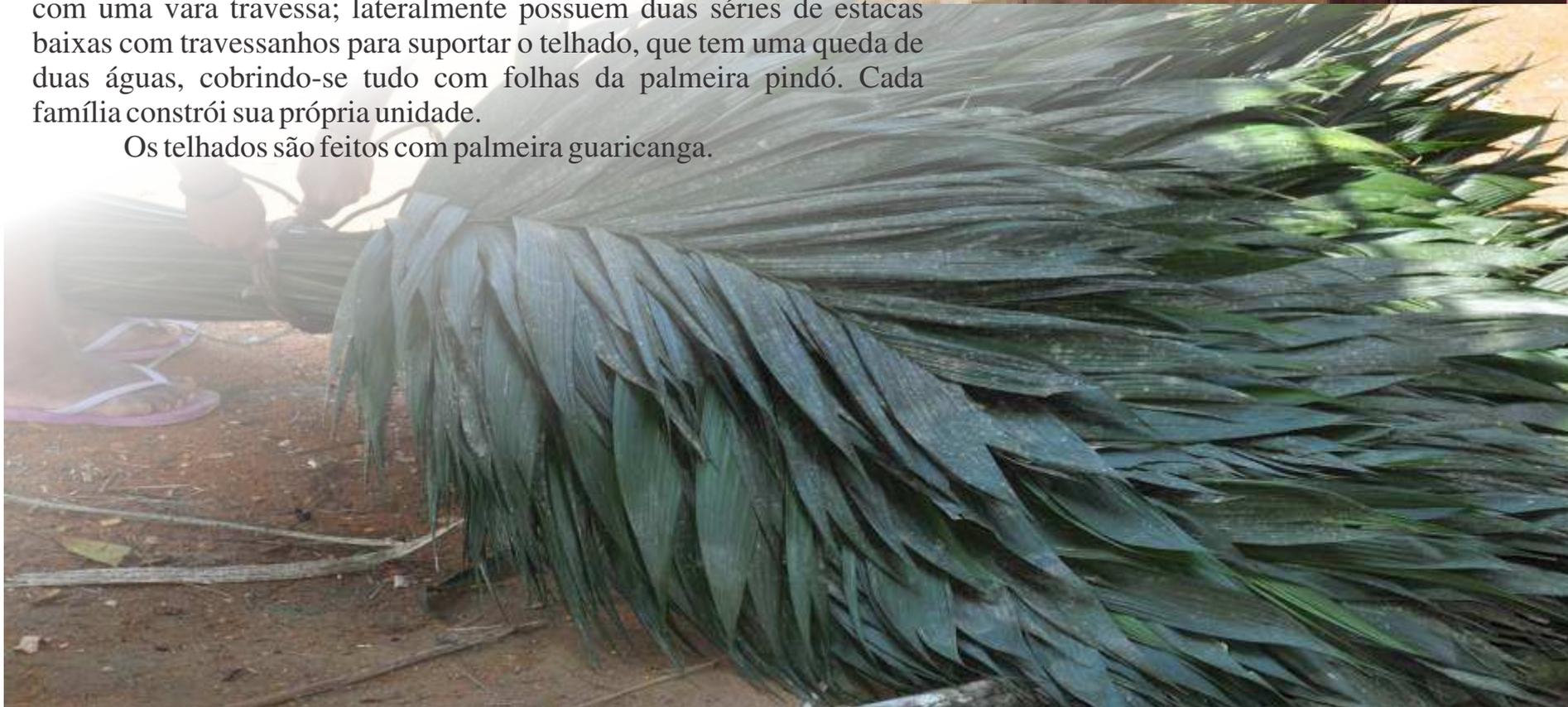
As paredes são de troncos de palmeiras cruzadas horizontalmente à certa distância por canas taquara partidas, amarradas com cipó. Estas canas são depois revestidas com várias camadas de barro vermelho. Existe só uma entrada na frente, onde pode levantar-se uma cobertura, ampliando o teto mais um metro, servindo para proteger o fogão.

Sobre a trama do teto de taquara ficam fixadas as folhas da palmeira pindó, cortadas pela metade.

Para fixar este telhado às vezes usa-se uma agulha de madeira em forma de peixe. Um homem trabalha em cima do teto e outro por baixo; ambos traspassando a agulha.

O chão das casas é de terra batida, bem polido e varrido. As coberturas familiares (“puxado”) podem ser temporárias quando construídas perto do lugar onde plantam ou fazem a colheita. No caso das estadias permanentes, o “puxado” é levantado na frente da casa, afincando-se dois postes com forqueta a uma distância de 2 metros por 2,50 metros, com uma vara travessa; lateralmente possuem duas séries de estacas baixas com travessinhos para suportar o telhado, que tem uma queda de duas águas, cobrindo-se tudo com folhas da palmeira pindó. Cada família constrói sua própria unidade.

Os telhados são feitos com palmeira guaricanga.

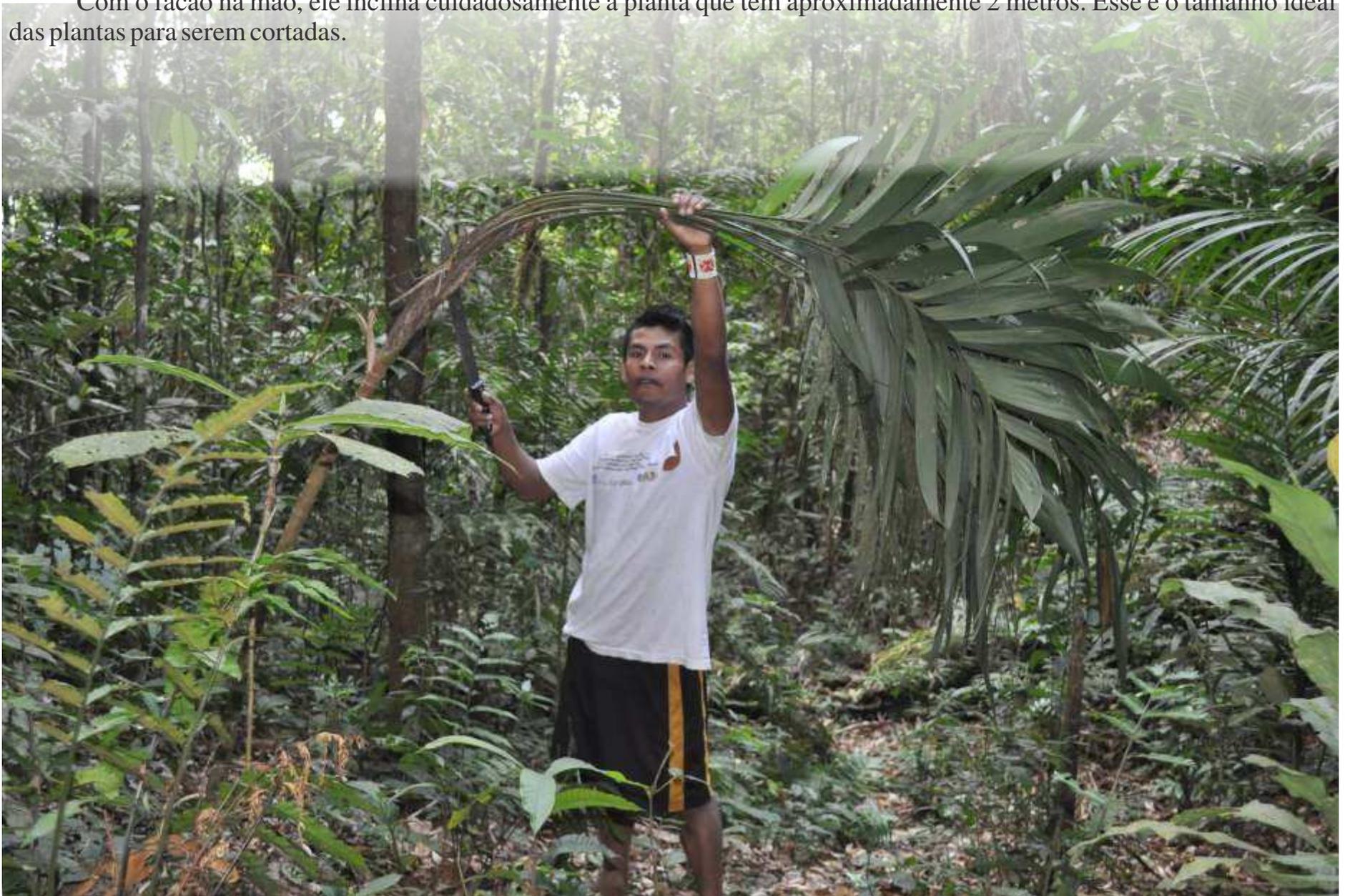


Telhados de palmeira guaricanga

Os alunos e os pesquisadores acompanharam Nino Benite ao mato para participar do corte da guaricanga, que seria usada em uma construção modelo, com a finalidade de mostrar aos mais jovens a técnica de construção com este vegetal.

Adentrando a floresta, depois de meia hora de caminhada, Nino acha um espaço de mais ou menos 100 metros quadrados, onde avistamos uns trinta pés da palmeira.

Com o facão na mão, ele inclina cuidadosamente a planta que tem aproximadamente 2 metros. Esse é o tamanho ideal das plantas para serem cortadas.



Observamos que se agrupam em um ramo de 4 ou 5 folhas de 1,20 metros de comprimento a partir do tronco.

O grupo, ao buscar as folhas, encontrou algumas que não eram ideais para a tarefa: estavam com partes secas e com falta de fibras. O guarani Nino disse que isto é causado por um verme parasita que se alimenta da folha, e que, uma vez estragada, não serve mais para ser usada na construção. A garantia de um bom telhado é a perfeição das folhas.

Quando é época de lua cheia é o momento certo para o corte das folhas. Durante a lua nova o parasita ainda não se desenvolveu, mas já está morando na folha e continuará crescendo, mesmo depois de cortada.



Durante a lua cheia as folhas saudáveis são bem visíveis e as imperfeitas deixadas na planta. Estas palhas colhidas no tempo certo, sem falhas, garantem um telhado bom por mais de dois anos.

Outra observação importante para garantir o rebrotamento do pé, é cortá-lo num dia nublado, úmido e chuvoso. O calor escaldante do sol mata a gema, que permite o crescimento. Espera-se que em um ano as folhas já estejam grandes, e em mais um ano, fiquem grossas e fortes para serem colhidas, apropriadas então para a confecção do telhado.

“Para brotar bonito, tem que cortar em dia nublado. Cortar no tempo chuvoso para nascer mais rápido. A chuva bate e ele nasce mais rápido.” - disse Nino para seus ajudantes crianças e jovens da aldeia.



Adentrando mais a floresta, encontrou-se outras palmeiras da guaricanga. O guarani inclina com cuidado o tronco e observa que dentro tem o cacho de flores e alguns coquinhos que já estão caindo no chão.

“Com frutos não dá para cortar. Esta planta é a mãe geral.”- disse o guarani, querendo explicar que, por ser uma planta que está gerando frutos, esta deve ser preservada.

Uma vez cortadas, as folhas na base da haste são separadas em grupos de três e arrumadas uma em cima da outra para serem amarradas. Cada grupo de folhas é entrelaçado com cipó imbé numa vara de 2 metros, numa distância de dois dedos.



caso de haver o interesse de se confeccionar uma cobertura mais resistente, amarra-se um feixe por cima e outro por baixo, aumentando a distância entre eles para três dedos para não deixar passar água.

Se as hastes quebrarem no manuseio, a folha é descartada. Para uma superfície de 2 x 2 metros calcula-se 300 folhas, aproximadamente.





Comunidade Quilombola
Campinho da
Independência





Moradores do Quilombo Campinho da Independência:

“Em primeiro lugar, as pessoas se caracterizam por buscar e sentir-se em contato e em comunhão com a Natureza. Sentem-se parte dela, mas não seus donos, para assim respeitá-la e desenvolver sua diversidade.”

Vío Grossi, Francisco, op cit., p. 249
La Sociedad Ecológica y el Desarrollo
Santiago de Chile, 1994

Quando perguntamos ao Seu Valentim, nativo do Campinho da Independência, sobre a história do lugar, ele nos diz que as primeiras pessoas que moraram naquele lugar foram três mulheres escravas: vovó Luiza e suas primas Marcelina e Antonica.

“Elas ficaram morando nestas terras depois da abolição, que deu liberdade para os escravos e a seus descendentes. As mulheres, quando jovens, trabalhavam na lavoura e com isso se sustentavam. A terra, depois da abolição, ficou para elas. A terra era uma coisa só. Não tinha divisão em lotes. Ali criaram seus filhos e netos até chegar à nossa geração.” – conta-nos Seu Valentim.

Seu Valentim é um artista e artesão de mãos cheias. Suas ações como criador e líder o identificam perante a sua comunidade como um ‘Mestre do Saber’, ou seja, um ‘Griô’. Seus conhecimentos no uso das fibras vegetais, assim como de outros materiais da região e seu exemplo de vida como cidadão responsável pela sua gente, lhe conferem este status de ‘Griô’, dentro da comunidade. Nascido no ano 1925 e atualmente com 87 anos de idade, ele ainda trabalha na lavoura e prepara farinha de mandioca, trançados para cestos e melado de cana de açúcar. Seu Valentim é filho de Margarida Maria da Conceição, de 1905, neto de Rita Camila, nascida por volta de 1885 e bisneto de vovó Luiza, da segunda metade do século XIX, tempo da escravatura.

A vida na região entre o rio Carapitanga e os morros do Erasmo e Pau Barbado, até a fazenda Tabatinga, não era fácil. Para fazer algum comércio do que era produzido no quilombo, as pessoas tinham que andar quase um dia pela trilha até a cidade de Paraty. A carga era levada em sacos nas costas ou em lombo de burros ou mulas, numa distância de mais de quinze quilômetros.

O transporte de produtos como farinha de mandioca, feijão, cana de açúcar ou bananas era feito em grandes balaios - cestos cargueiros trançados rusticamente com cipó.

Trançado “Arqueado”

Este é o modo mais elementar de entrecruzamento. O trançado arqueado é obtido pela passagem de um elemento ativo: a trama de cipó, sem descascar nem lascar, sob e sobre; e um elemento passivo: a urdidura, que pode ser de lascas de taquara. Como se diz: “um sob, um sobre”. O termo “arqueado” e o procedimento de entrecruzar não se alteram quando, por alguma r

A Vida na Mata nos Séculos XIX e XX

O povo da Independência, como era chamado o lugar, se manteve firme na ocupação do território, embora a vida não fosse fácil.

Conta o Seu Valentim:

“Na época de nossos pais e avós eles passavam necessidades decorrentes da falta de assistência médica e da falta de escolas. As pessoas da cidade ofereciam dinheiro pelo direito das nossas terras. Hoje eu penso que se nossos avós tivessem vendido, agora não teríamos a titulação nem a garantia da posse para nossos descendentes.”

“Da Fazenda Itatinga até o Quilombo de Camburi, em Ubatuba, já no Estado de São Paulo, era uma mata só. Não se encontrava ocupação urbana em mais de oitenta quilômetros em volta.

As famílias que se formaram não passavam de uma dúzia.”

Atualmente, os descendentes das três senhoras vovó Luiza, Marcelina e Antonica já são mais de cem famílias, divididas em núcleos que se agrupam em volta da casa das mães e avós.

“Nossos ancestrais nos ensinaram a não derrubar as matas. O caudal de água do rio principal, o Carapitanga, dependia e depende das matas, assim como também a criação de peixes que lá havia.”

“Eu sabia fazer uma esteira tecida que era para pescar piaba, bagre e tilápia.”

Com a chegada do progresso, em 1960, e da construção da estrada que uniria a cidade do Rio de Janeiro a Santos, em São Paulo, a Fazenda Independência foi dividida ao meio de Norte ao Sul e atualmente fica no quilômetro 589 da BR 101.

No ano de 1977 duas lideranças da comunidade, Nadir e Amâncio, segundo conta Seu Valentim, começaram a viajar à cidade capital para efetivar a titulação das terras que ocupavam. Depois de muitas e muitas idas e vindas, vinte anos depois, em virtude do artigo 68 da Constituição da República do Brasil, em 1999, foi outorgado o Título de Propriedade. Isso aconteceu durante o governo de Benedita da Silva, então Governadora do Estado do Rio de Janeiro.

O progresso trouxe os turistas e a especulação imobiliária. A ocupação de novos lugares acarretou no desmatamento. O rio ficou assoreado. Os peixes escassos.

Não sendo mais necessário caminhar pela trilha, os produtos da roça para comércio eram levados para a cidade em caminhão ou ônibus.

Muitos jovens foram trabalhar no Porto de Santos. O trabalho na lavoura diminuiu.

A nova economia não dispensou a construção artesanal de casas com paredes feitas de “pau a pique” em que esteios de peças de madeira são entrelaçados com taquaras e amarradas com cipó. (Esta “amarração” é feita para fixar os elementos constitutivos incluídos na estrutura ou no revestimento. - Nota da autora).

Depois, em cima dessa trama é espalhada uma ou várias camadas de barro para fechar os espaços e engrossar a parede. Abrigos para animais, abrigos para fogões de combustão de lenha e construções sazonais para estocar e secar a coleta de feijão são feitas entrelaçando ramos finos de árvores e taquara, colocando, para sua proteção, telhados de sapê ou guaricanga, da mesma maneira que fazem os indígenas e os caiçaras. Outras edificações anexas, servindo à prática do trabalho artesanal e outras atividades do cotidiano são construídas da mesma forma.

Conhecendo o Campinho

Visitamos a casa de Álvaro Martins e Dalva Amâncio, onde uma construção de pau a pique, em frente à casa de alvenaria, serve de cozinha, com fogão à lenha e chão de terra batida.

Aos poucos as construções modernas com tijolos e cimento vão tomando o lugar das antigas casas de paredes de barro e telhado de palha.

Outra casa interessante de pau a pique é a de Silvio Martins e sua família: Verônica Lasso e suas filhas pequenas Ayanna e Gaya.



A Casa de Artesanato Comunitária

Reconhecendo que a economia local estava dando um salto, Seu Valentim e sua esposa Madalena tiveram uma idéia que, a longo prazo, constatou-se que foi a promotora da autossustentabilidade.

Eles nos contam como foi que com as próprias mãos e com a ajuda da comunidade construíram a Casa de Artesanato, localizada próximo da BR 101, onde todos vendem seus produtos até o dia de hoje. A idéia inicial era ajudar a todas as pessoas, mas também incluir o povo em ‘fazer acontecer’ e estimular a todos a serem responsáveis pela comunidade.

Primeiramente fizeram a estrutura com paus tirados do mato. Os moços ajudaram a carregar. Depois foram amarrando as taquaras com cipó. Quando as paredes ficaram prontas, começaram a “barreada”, que é cobrir toda a superfície com várias camadas de barro, por dentro e por fora.

Para o telhado usaram guaricanga e palha cortada na lua certa.

Reconhecer as conseqüências de nossos atos a longo prazo; planejar em prol da sustentabilidade - assim pensam essas pessoas e, com seu exemplo, ensinam aos membros mais jovens da comunidade a permanecer na terra, a não abandonar a luta e também, a incluir as outras pessoas em seu projeto.

Com a vinda do turismo, os produtos de fibras, tais como esteiras de cobrir o chão, tapetes de taboa, cestos, peneiras, luminárias e enfeites tecidos de cipó ou taquara precisaram ser colocados em exposição, como por exemplo, nas lojas da cidade.



Adilsa da Conceição Martins está com 54 anos de idade. É filha de Seu Valentim da Conceição. “Minha ida para o mato é sempre abençoada por uma oração que recebi da minha mãe. E s s a oração é para me proteger de qualquer perigo e para pedir permissão às forças maiores da floresta.”

Aprendeu com seus pais a trabalhar a taquara na confecção do tipiti, cesto articulado que serve para extrair o suco da mandioca ralada no processo de produzir farinha de mandioca.

Quando criança, ajudava seus pais no processo de cortar e descascar a taquara, mas não tinha muita paciência de tecer. Adilsa também ajudava a cortar as taquaras do mato, sempre na lua minguante; tempo em que a seiva descansa na raiz, impedindo a permanência dos parasitas que se alimentam do amido contido na seiva da planta.

Aos 16 anos de idade, Adilsa já era casada e estava esperando seu primeiro filho. A necessidade de comprar o enjoval para o bebê fez com que ela se interessasse mais na tecelagem do tipiti. Naquela época, muitos produziam farinha de mandioca, logo, o tipiti era muito usado e era uma importante fonte de renda para os tecelões.

Quando a produção estava pronta, ela ia a pé até Paraty e oferecia seus cestos nas lojas. Com o dinheiro obtido comprava sal, açúcar, óleo e outros produtos que não se produzem na zona rural e que eram necessários, como os tecidos e fios para costurar seu enjoval. Ela viveu toda sua vida fazendo artesanato. Atualmente com emprego de outras fibras como taboa, cipó, taquara, palmeira e bananeira seca.





Uma vez que a gente decide ir ao brejo, carrega o facão e leva no bolso um dente de alho. O odor espanta as cobras. Como a nossa avó nos ensinou, a gente pede permissão para entrar no brejo, e se benze.”

Os feixes são cortados e carregados para casa, onde esperam de 4 a 5 dias para secar ao sol. No tempo de inverno todas as casas exibem seus ramos de palha em tons verdes, e os mais secos em tons dourados e amarelos. Se a chuva ameaça cair, as artesãs correm para guardar a palha dentro de casa.

Se a taboia de alguma artesã se escasseia, umas emprestam para outras. Isso é um ato solidário que fortalece a comunidade das mulheres.

Quando perguntamos sobre o mato Edna fala: “O mato é nossa vida e sem ele não vivemos .É por isso que devemos cuidar desse bem tão precioso.”

Observa-se como é incensante sua criatividade nas tartarugas feitas com a casca do coité, um tipo de cabaça que dá em árvore, combinando com tecido de cipó.

foto da adilza tyecendo

Das peças mais tradicionais, ela produz os balaios, o tipiti (que faz por encomenda), galinhas que são pequenos cestos com pescoço e cabeça imitando uma galinha. Também faz fruteiras e luminárias.

Ela também recicla material das garrafas "pet", juntando seis garrafas com tampa e amarradas com câmara de pneu de bicicleta; depois tece envolta uma capa de taboa e uma tampa que é costurada em forma de acento de puf.

Com a taquara ela faz pequenos peixes decorativos que ficam pendurados em uma linha.

Todos seus produtos são expostos e vendidos na loja de artesanato da Comunidade Quilombo Campinho da Independência.





Várias Gerações de Artesãos

Na Comunidade Quilombola Campinho da Independência, visitamos a casa de Dona Madalena, esposa de Seu Valentim.

Fomos recebidos com muita alegria. E logo visitamos a Casa de Artesanato que eles possuem ao lado da casa em que vivem.

Encontramos também a sala onde se faz a farinha de mandioca e os diversos cestos e peneiras que eles usam em todo o processo, desde o transporte da mandioca até a extração do suco com o cesto articulado chamado “tipiti”.

O Seu Valentim ensinou às suas filhas a fazer o cesto.

Falamos também com Seu Domingos e seu irmão, Seu Álvaro, sobre as formas de cultivo tradicionais. Cada pessoa tem seu pedaço de terra para cultivar, num lugar um pouco mais afastado das casas. Alguns plantam com outras pessoas em conjunto, e depois dividem o produto.

A roça tem feijão, milho e abóbora e a Dona Dalva é quem cuida da horta.

Em outra fração tem aipim, que é usado para fazer farinha.

A Casa de Farinha também é comunitária.

O Seu Domingos alimenta a criação de porcos com o milho e a mandioca que ele mesmo planta. Por sua vez, a carne é consumida no Restaurante da Comunidade.

E quando visitamos a casa da Dona Adilsa, ela nos conta que alimenta as galinhas com milho que ela plantou, e que o esterco das galinhas misturado com água da regagem, serve como adubo para a horta familiar. Aqui vemos a sabedoria ancestral que combina o ecológico (sol, vento e água) com o biológico (plantas e animais).

Os alimentos cultivados e produzidos tradicionalmente na comunidade são mais saudáveis e poupam transporte e dinheiro. Assim temos a farinha, o milho, o feijão, o melado de cana de açúcar, o aipim e a carne de galinhas e porcos criados em casa.

“Refloreste e renove a fertilidade do solo.

Aproveite tudo num nível ótimo e recicle todos os desperdícios.

Veja soluções ao invés de problemas.

Trabalhe onde seu trabalho seja útil, plante uma árvore onde possa sobreviver.

Assista às pessoas que querem aprender!”









Como fazer o tipiti

O cesto do tipiti exige muita habilidade para o corte das fitas de taquara no tamanho correto, que deve proporcionar uma folga para abrir ou fechar. O cesto aberto na suas pontas tem a função de um espremedor. Se não estiver bem feito, o cesto perde a articulação. A urdidura leva 48 palhas de mais ou menos 2cm de largura. Cada fita deve ser bem lisa para impedir que alguma depressão na borda trave o movimento.



Dalila de Paulo

54 anos, filha de Ivoneti e seu Sebastiano de Gonçalves. Ela começou a fazer artesanato com 35 anos. Seu primeiro artesanato foi uma cestinha de taboa. Atualmente trabalha com a fibra da bananeira que leva de 3 a 4 dias para secar ao sol bem quente. Nos casos em que se deseja obter uma fibra de cor mais clara, deixa-se de molho na



água sanitária.

As fibras mais claras são usadas para decorar bolsas e peixes ornamentais.

Ela trabalha com as fibras da taboa e da citronela. Dalila produz peixes, pássaros, borboletas, tartarugas, bolsas e luminárias.

Dalila trabalha também com caules do mamoeiro. Com muita criatividade ela faz pássaros como: andorinhas, pica-paus e beija-flores.

Assim como Adilsa, Dalila também afirma que o corte das fibras deve ocorrer em período de lua minguante, para evitar parasitas na matéria-prima.



Dona Madalena Alves da Silva Conceição

82 anos, aprendeu a fazer artesanato com seu avô na fazenda da Itatinga, próximo ao bairro Paraty Mirim. Madalena passou esses saberes aos seus filhos, netos e aos vizinhos.

O artesanato é a principal fonte de renda da artesã, que hoje trabalha com as fibras da taquara, cipó e com madeira de caixeta.

Com a caixeta ela produz onças, cavalos, gatos entre outros.

Com a taquara, Madalena faz cestas, tipitis e balaios.

Dona Madalena tem uma lojinha em sua casa onde expõe e coloca a venda seus artesanatos. Ela também coloca seus produtos na loja de artesanato comunitária do Quilombo, loja essa que ela e seu esposo fundaram, juntamente com outras pessoas da comunidade.

Além de artesã, Dona Madalena também é rezadeira e parteira.







Protagonismo juvenil no fortalecimento das comunidades quilombolas e promoção da palmeira jucara.

Manejo da Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*)

A proposta deste projeto é desenvolver a educação agroflorestal para o manejo sustentável dos recursos naturais, promovendo a conservação ambiental, a geração de renda e o fortalecimento das comunidades tradicionais. Foram realizadas nas dependências da Escola Municipal, Oficinas de Manejo da Palmeira Juçara (*Euterpe edulis*), espécie nativa da Mata Atlântica, também conhecida como Palmiteiro, considerando que apresenta grande potencial em termos ecológicos e econômicos.

Nessas oficinas para alunos da Escola Municipal do Quilombo do Campinho foram apresentados, de forma teórica e prática, aspectos técnicos ligados à ecologia e manejo da espécie juçara; coleta e beneficiamento dos frutos para obtenção da polpa como recurso alimentar e de sementes. As sementes são comercializadas para cultivo em viveiros e/ou plantios diretos e utilizadas na recuperação de áreas degradadas ou em sistemas de consórcio ou agro-florestais.

Durante um dia de aula com alunos da 3a e 4a série do Ensino Fundamental, trabalhamos em presença das professoras e da Diretora Administrativa, Marly Veloso e os jovens da Comunidade que organizam o viveiro de juçara: Silvio Martins, Esteban Juan Tiscornia e sua esposa Ana Claudia Martins e Laura Santos.

Começa com uma grande roda que se abre com muita festa e muita alegria, pois aqui temos a vivência do aprendizado de tradição oral, onde o presente e o passado se encontram com um fim comum: o futuro da comunidade e o respeito pela natureza.

Os saberes não são somente intelectualizados, mas também vivenciados, comunicados em forma oral e prática pelos seus mestres, adquirindo uma energia viva e verdadeira. As necessidades de todos são comunicadas com a autenticidade da linguagem cheia de símbolos que são comuns, significativos, compartilhados; que formam parte do íntimo dos alunos, professores e mestres. Da vida prática pedagógica há como

aprender, como ensinar, dando verdadeiro significado à prática da escrita, da ciência e todas as outras disciplinas.

A prática educativa da “Roda Temática” da educação Griô ajuda a comunidade a manifestar sua identidade comunitária, tomando como suporte características sociais e humanas próprias, o que fortalece as relações afetivas e simbólicas do “modo de ser” particular desta comunidade.

As experiências sentidas em comum, como quando vamos para o quintal da Dona Emília, tem muito significado. Cada dia e cada lugar aparecem como novos e cheios de possibilidades para a imaginação.

Esta maneira de ensino, ‘A educação Griô’, faz com que cada participante se integre ao lugar com todos os seus processos criativos, intuitivos e objetivos.

Para começar o diálogo, as crianças falam dos animais que se alimentam das sementes de juçara que naturalmente cresce nos quintais das casas: tucanos, preás, gaviões e outros.

Para fazer uma atividade prática saímos ao quintal de Dona Emília com os alunos e temos uma demonstração por parte dos adultos da comunidade de como subir no tronco altíssimo e cortar os cachos de frutas maduras do coqueiro.

Os alunos praticam até que alguns mais habilidosos conseguem alcançar o topo. Que alegria ver os colegas do alto de uma palmeira juçara!

Depois levamos as pequenas mudas para serem plantadas no pátio da escola.

E como recompensa a tanto trabalho, desfrutamos de um delicioso sorvete feito de polpa de juçara.





Educando em relação à Natureza

“A conexão de jovens e adultos da comunidade, escola e meio ambiente, desperta novas capacidades, estimuladas pela alegria e pela ligação emocional entre todos os envolvidos. Além do mais, estamos mostrando novas soluções para recuperar o ambiente.”

Palavras da educadora “tuxaua” Laura Santos

O projeto educacional da Escola Polo do Campinho resgata novos valores e promove novas atitudes.

O problema do desmatamento e a necessidade de reflorestar com espécies nativas, por conta da exploração irresponsável acarreta uma série de consequências desfavoráveis tanto para os animais como para os humanos.

No caso específico da realidade do Quilombo do Campinho, temos vários resultados favoráveis, como o aproveitamento da polpa da juçara para consumo e venda, agregando um item para melhorar a economia, e o emprego das fibras secas da flor para fazer artesanato.

A restauração do delicado equilíbrio do ambiente com a volta das aves nativas, no caso, os tucanos, que por sua vez, se incorporam ao ciclo da juçara devolvendo as sementes que, plantadas, germinarão em meio à floresta.

Mostrando a importância da cadeia alimentar de tucanos, gaviões, capivaras, onde a juçara inicia com seus frutos uma roda, um ciclo de alimentação, favorecendo a expansão dos plantios.

Relacionando este ciclo com a área de saúde apresentam-se as propriedades alimentícias do fruto e os benefícios de consumir alimentos produzidos em casa, já que os mesmos não precisam de armazenamento, transporte, nem de embalagem de alto custo financeiro. Evitando-se o transporte dos alimentos poupa-se combustíveis e energia física humana.

Para analisar as causas e consequências do projeto “Recuperação do plantio da Juçara, PDA”, na semana seguinte ao encerramento das atividades de implantação e vivência do mesmo, os alunos criaram uma história em quadrinhos durante as aulas de desenho.

Para completar a vivência, depois foi criado um glossário com termos substantivos, adjetivos e verbos, na aula de Língua Portuguesa. Também foram redigidos versos e composições reforçando o aprendizado prático.

Durante o Bimestre foram referendadas as vivências da jornada da Juçara como temas transversais nas disciplinas de Ambiente, Biologia, História, Matemática e também em outras matérias.

Equipe do projeto “Recuperação do plantio da Juçara, PDA”

(mudar de linha e pular uma linha)

As pessoas envolvidas no projeto são o engenheiro florestal Fábio Reis, sua esposa Erika Moço, as famílias do núcleo dos Martins: Silvio Ney Martins, Verônica Lasso, Ana Claudia Martins, Esteban Juan Tiscornia e as famílias do núcleo dos Amâncio: Avanildo de Souza, Sueli Martins dos Santos.

Lá na casa da Jurema
Eu vi uma capivara
Ela estava bem comendo
A semente da juçara!
A semente da juçara!
A semente da juçara!

Perguntei à capivara:
- O que faz você aí?
Ela respondeu pra mim:
- Tô comendo açaí!
A semente de açaí!
A semente de açaí!
Cantiga de criação coletiva
das crianças do campinho,
sob coordenação da 'tuxaua'
Laura Maria Santos.



Comunidade
Caiçara
da Praia do Sono



Seguindo pela BR 101, a 15 km do centro de Paraty, no sentido Rio-Santos, no km 589, chega-se no Trevinho do Patrimônio, sobe-se a Serra em direção a Laranjeiras. Para quem vai de ônibus, é só pegar o ônibus (linha 1040) na rodoviária de Paraty e parar no ponto final, na Vila Oratório. Após um desses trajetos, deve-se seguir a trilha de 1:30h de caminhada ou pegar um barco, dentro do Condomínio Residencial de Laranjeiras.

Em sua área estão situados alguns morros importantes, como o Borrocão (Pico do Cairuçu) com 1.100 metros de altitude, ao leste da comunidade, de onde se observa o nascer do sol. Outros morros receberam o nome de pessoas de algumas famílias que os habitavam, como o Morro da Joana, o Morro do Isaías, do Cacá, do Jonathan e o Morro da Timina; outras denominações são: Morro da Ponta, Morro dos Antigos, do Sapê (onde se tirava sapê), o da Barra (situado atrás do Rio da Barra), o Morro das Sete Voltas e o Morro do Lameiro (onde se caçava e fazia roça)

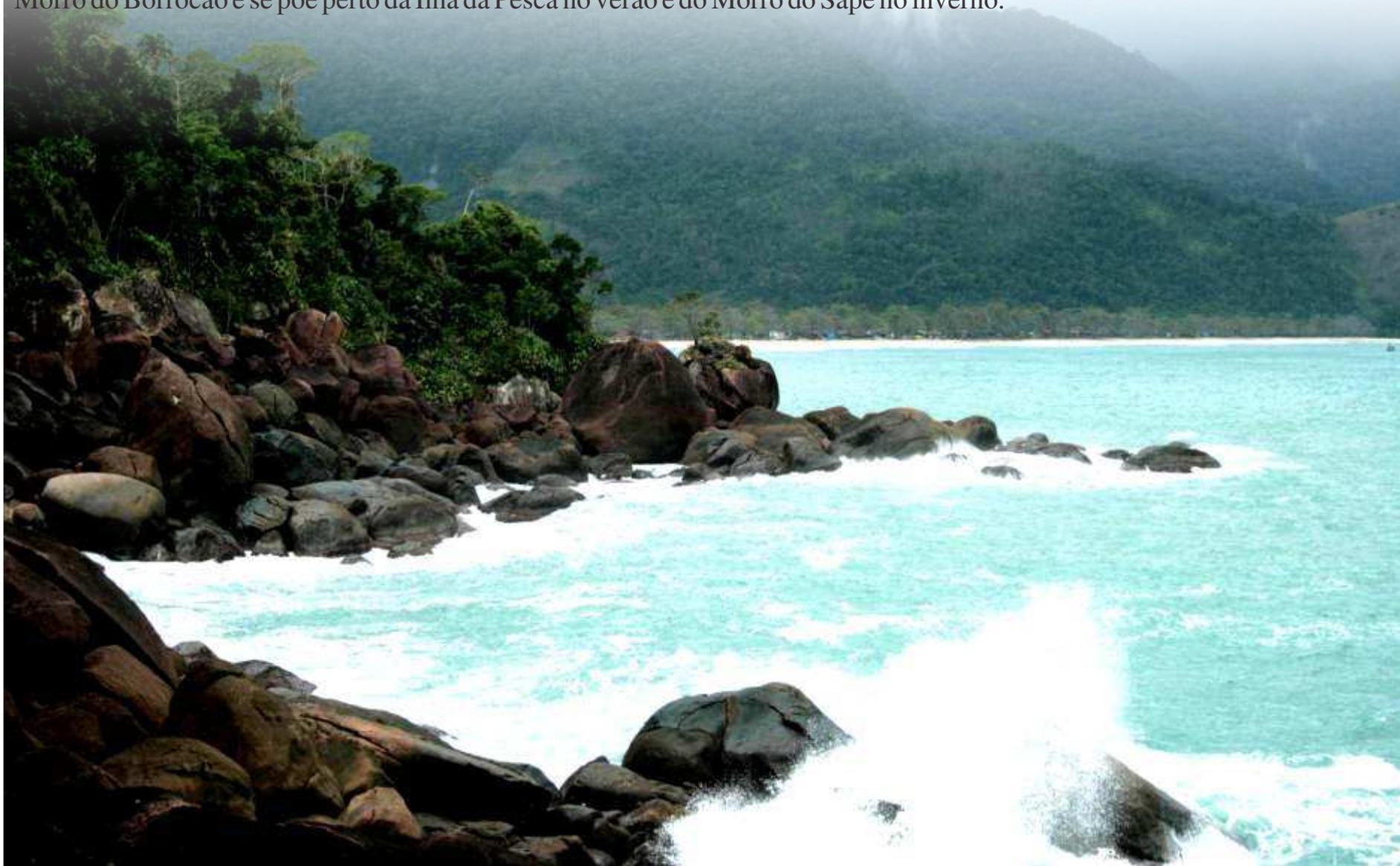


A comunidade também possui vários rios importantes que levam os nomes de pessoas das famílias que moravam perto dos rios, como: Rio do Didico, da Filhinha, da Pepé, do Suari, do Joni, da Clarissa, do Biaca e outros.

Encontra-se também cachoeiras muito visitadas por seus moradores e turistas, como o famoso Poço do Jacaré, a Cachoeira Grande, a Pedra D'água, a Barra do Sono, o Poço Vinte e outros. Quanto aos caminhos e passagens, estes levam os nomes referentes aos pontos de referência dos locais, como: Caminho da Escola, da Igreja, da Praia, do Rio, do Canto Bravo, do Campo, e outros.



A Praia do Sono está localizada no extremo sul do Estado Rio de Janeiro, dentro da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, criada em 1983 (decreto Federal 89.242/83), e da Reserva Ecológica da Juatinga, (criada pela Lei Estadual nº1.859 de 31 de outubro, de 1991, ratificada pelo decreto nº17.981/92) com uma área de 8.000 hectares. A Praia do Sono fica de frente para o sudoeste, a Ponta do Sono fica ao sul, o Morro das Sete Voltas ao norte. O sol nasce atrás do Morro do Borrocão e se põe perto da Ilha da Pesca no verão e do Morro do Sapê no inverno.



A comunidade é constituída por cerca de 350 habitantes, formando aproximadamente 80 famílias. As famílias Santos, Castro, Araújo, Quirino, Albino e Conceição foram as primeiras a ocupar essa praia, há mais ou menos 400 anos atrás. Descendentes de escravos e índios ribeirinhos, essas famílias se mantiveram até os dias de hoje.

A maioria nasceu no local, outros vieram porque se casaram com algum ente de uma das famílias ou porque vieram trabalhar com parentes próximos, na agricultura ou pesca. A terra foi e é ocupada apenas por quem é da família ou casado com alguém da família nativa caiçara da praia. Já outras famílias saíram do seu local de origem devido à pressão imobiliária, a questões fundiárias e dificuldades de políticas públicas. Antigamente as pessoas se movimentavam pela região porque iam pescar e vender seus pescados; também faziam trabalhos de plantações e agricultura de subsistência.





Histórico das terras da Praia do Sono, segundo o Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro:

“Em 29/12/1593 foi doada uma Sesmaria a Miguel Alves Maldonado, que recebeu o nome de Cahahiba e abrangia, entre outras, a área hoje conhecida como Praia do Sono, mais a Praia dos Antigos e a Praia Negra. Em 1643, Maldonado e sua mulher Bárbara Pinto doaram as referidas terras aos religiosos de Nossa Senhora do Carmo. O local continuou desabitado e, em 1762, parte da Praia do Sono foi novamente doada em Sesmaria, desta vez a Leonardo Pimenta D’Oliveira, cuja área se encontra assinalada no mapa. Em 1771, também por doação, Antônio Villela de Bastos recebeu a Praia dos Antigos, a Praia Negra e o restante da Praia do Sono. Ele obteve a doação alegando que vivia no local onde fazia plantações e pescaria de rede. Ocorre que na descrição dos limites da Sesmaria de Villela de Bastos e de Leonardo Pimenta D’Oliveira há uma superposição de áreas com a Sesmaria da Cahahiba.

Pelos documentos consultados, ficou sabendo-se que Leonardo Pimenta D’Oliveira e Antônio Villela de Bastos estabeleceram-se ali por volta da segunda metade do século XVIII, não se conhecendo, no entanto, quanto tempo permaneceram no local. Quanto aos atuais moradores, os da Praia do Sono descendem de apenas 3 famílias: Santos, Araújo e Castro. Lá existem caixas de 80 anos, nascidos na localidade cujos pais e avós também nasceram ali. Os descendentes dessas 3 famílias portuguesas que desembarcaram em Paraty, assim como o sesmeiro Antônio Villela de Bastos se dedicaram à lavoura (plantavam principalmente feijão, milho, banana e aipim) e à pesca. Esta mesma prática é mantida pelas famílias moradoras da Praia Negra (na Praia dos Antigos não há mais moradores, foram todos despejados). Mas todas estas famílias jamais tiveram qualquer documento que comprovassem a propriedade da terra. Na localidade de Mamanguá, vizinha à Praia do Sono, um padre de nome José Alves Velludo, que viveu ali no início do século XIX, deixou, ao morrer, suas terras para seu filho, o também Padre Manoel Alves Velludo. Este que, entre os bens, herdara as terras e o engenho da fábrica de aguardente Saco do Mamanguá, morreu sem deixar herdeiros. E assim, mais de 50 anos depois, aquelas terras foram leiloadas pela Fazenda Pública Estadual, sendo arrematada por Theóphilo Rameck, em 29/10/1953.“

Ocorre que na descrição dos imóveis arrematados constam suas confrontações, citando como uma destas a Fazenda do Sono: “(...) dividindo-se por seus lados com terras das Laranjeiras de Masset de Tal, com terras da Fazenda do Sono, com terras da Fazenda do Forte e frente para o mar (...)”.

“(...) Em 1955 Theóphilo Rameck vendeu suas terras a Gibrail Tanus e sua mulher. E, na ocasião, o memorial descritivo contido no Registro Imobiliário sofreu alterações, tendo a citação da Fazenda do Sono sido excluída como confrontante. A exclusão da Praia do Sono como confrontante foi feita com rasuras em tinta vermelha no Livro do Registro de Imóveis. E com ela foi concluída a grilagem das terras pertencentes à Praia do Sono, Praia dos Antigos e Praia Negra.” Fonte do Estado e não de domínio particular”, o Estado decidiu pelo procedimento discriminatório que atinge os seguintes objetivos:

Anula e cancela registro errôneo;

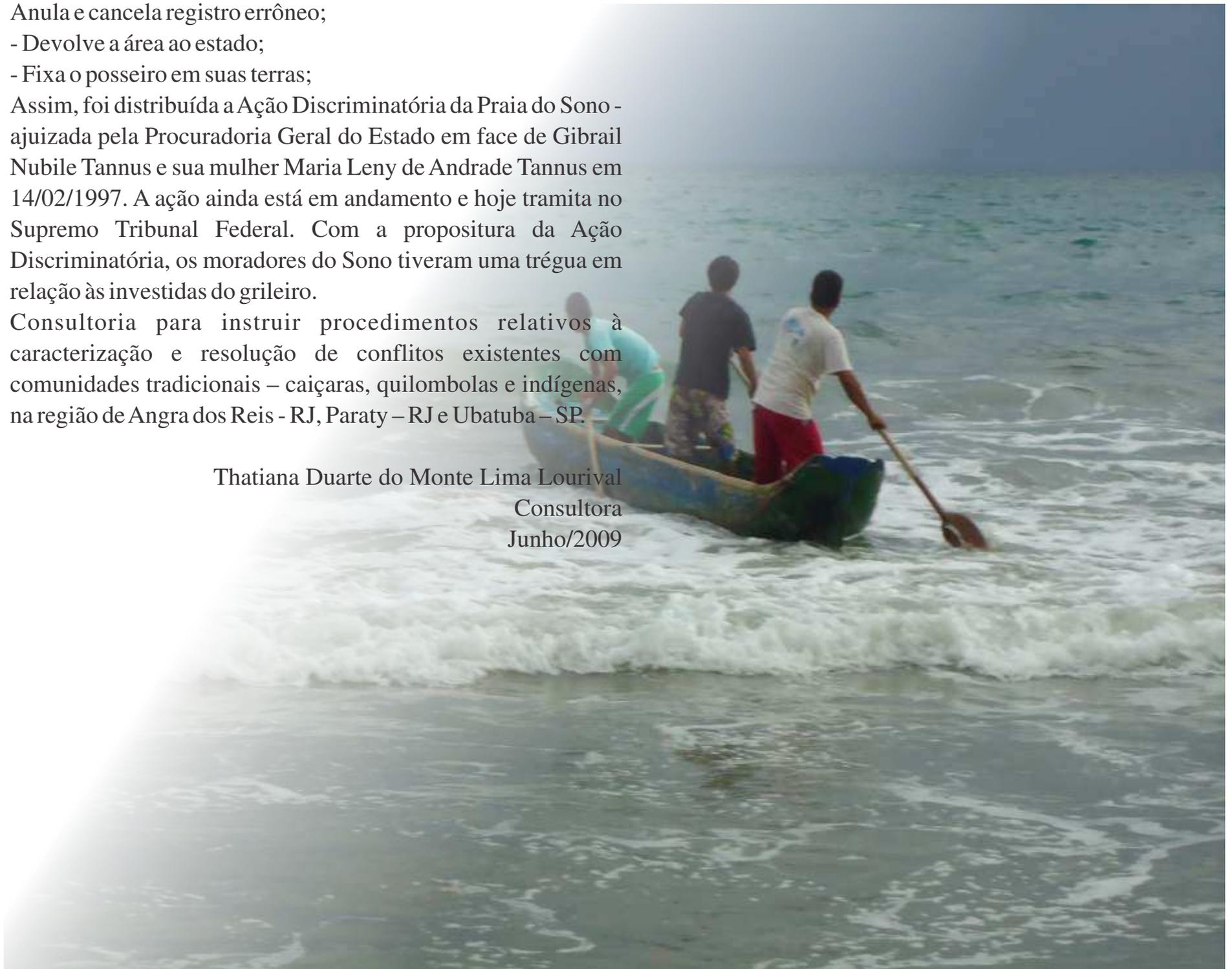
- Devolve a área ao estado;

- Fixa o posseiro em suas terras;

Assim, foi distribuída a Ação Discriminatória da Praia do Sono - ajuizada pela Procuradoria Geral do Estado em face de Gibrail Nubile Tannus e sua mulher Maria Leny de Andrade Tannus em 14/02/1997. A ação ainda está em andamento e hoje tramita no Supremo Tribunal Federal. Com a propositura da Ação Discriminatória, os moradores do Sono tiveram uma trégua em relação às investidas do grileiro.

Consultoria para instruir procedimentos relativos à caracterização e resolução de conflitos existentes com comunidades tradicionais – caiçaras, quilombolas e indígenas, na região de Angra dos Reis - RJ, Paraty – RJ e Ubatuba – SP.

Thatiana Duarte do Monte Lima Lourival
Consultora
Junho/2009





Entrevista com o senhor Beraldo de Araújo, “Biaca”

Este morador nativo de 70 anos de idade é filho de Benedito Pedro Claudino e Dolores de Araújo.

Biaca trabalha com as fibras de cipó Timbupeva, taquara, taboa, cipó Balaio e sapê.

Toda sua família participa da colheita, secagem dos cipós para confecção dos balaio e esteios. O seu Biaca ainda faz balaio, samburás para pescar, colocar os pescados nos samburás. E hoje faz também para vender na própria comunidade; algumas pessoas encomendam para utilizar como luminária, porta-objetos, entre outras funções.

“Já aconteceu de acabar a taboa, então peguei umas mudas na comunidade vizinha de Laranjeiras e plantei perto de minha casa” - contou Biaca.

Ele utiliza a taboa para a fabricação de esteira, que em tempos antigos usavam para cobrir o chão para dormir. Hoje poucas pessoas fazem esteiras, por dois motivos: o colchão industrializado comprado na cidade é um fator de progresso e conforto e a falta da taboa, que já não cresce em abundância como antigamente.



Seu Biaca ainda produz suas esteiras e cestos como artesanato, principalmente por meio de encomenda.

Ele nos fala das famílias mais antigas que povoaram a Praia do Sono, lembrando as famílias de Castro, Albino, Villela e Araújo - esta última, sua família.

Ele aprendeu a fazer artesanatos com o pai, Benedito Pedro Claudino, devido às necessidades encontradas antigamente: forravam o chão com esteira para dormir ou descansar, construía o telhado das casas de sapê, faziam os cestos com cipó para carregar seus mantimentos, faziam os samburás, como o fazem até hoje, para carregar os pescados.



Entrevista com senhor Norvino de Castro Araújo

Segundo Norvino, as famílias mais antigas na comunidade são três: a família Castro, Araújo e Villela.

Este nativo da Praia do Sono tem 61 anos, filho de Fernando de Castro Araújo (Seu Sirva). Ambos trabalham com o cipó Timbupeva, taquara, sapê, taboa e cipó Imbé. Norvino aprendeu as técnicas com seu pai

Seu Norvino faz seus trabalhos artesanais porque sempre precisa de cestos, balaios, samburás e outros.

“Antigamente se produziam muitos cestos, samburás e balaios, por ser necessária a utilização na pesca, agricultura e em casa” - disse-nos ele.

Hoje a produção é voltada para a geração de renda, já que ele é um dos poucos moradores que ainda trabalham com fibras e matéria prima retirada da mata. Moradores da comunidade e alguns turistas que conhecem seu trabalho fazem encomenda de seus cestos, estantes de bambu com cipó Timbupeva, balaios e outros, com variadas formas de utilização, como luminárias, porta-trecos, porta-linhas, fruteiras, etc.

Seus filhos também participam da colheita, raspagem e fabricação dos artesanatos.

Sobre a palha de sapê ele nos fala: “Sapê hoje tem bem pouco, porque para ter sapê de boa qualidade, precisa colocar fogo na plantação, para depois colher as folhas mais novas. Já as outras matérias primas como o Timbupeva, a taquara, o bambu e o cipó Imbé tem bastante no mato.”

Um trabalho que quase ninguém mais faz na comunidade é a esteira que era utilizada para cobrir o chão a fim de dormir e descansar, em tempos antigos. Seu Norvino, assim como o Seu Biaca, são uns dos poucos que ainda produzem esse artesanato de grande utilidade para a comunidade. Seu Norvino aprendeu com seu pai





Fernando e com seu avô a tirar madeiras e materiais somente na lua minguante, para não correr riscos de dar bicho na madeira. Ele sabe onde encontrar suas matérias primas e como se faz pra não acabar com a espécie: ele deixa o cipó mãe e os filhos dos cipós mais novos e deixa os que não se aproveitam.

Sobre a lua e a maré, ele fala:

“Lua cheia, maré cheia e praia pequena.

Maré vazia, praia extensa.”





Seu Norvino contou uma história vivida na comunidade:

Foi na época em que na Comunidade do Sono se preparava casca da embaúba, para fazer corda grossa (cabo) para puxar as redes. Um homem que ali morava recebeu uma encomenda de um morador de outra praia. Era para preparar vários metros de cabo feito de fibras de embaúba.

O caiçara trabalhou muito no mato tirando as fibras da embaúba, levando para casa e, depois de vários dias, juntou o que ele achava suficiente.

Começou a torcer as fibras e quando o material estava acabando, percebeu que não iria dar conta dos metros encomendados. O tempo de chuva de outubro iria atrapalhar a viagem, o dia da entrega estava chegando. Com tanto desespero teve uma idéia, não muito certa. Depois de enrolar alguns metros deixou tudo pronto para entregar no dia seguinte na comunidade do Mamanguá.

O dia da entrega chegou e nosso herói esperto e ‘enrolão’ saiu sozinho a pé com sua carga, antes do amanhecer. Fez parte do caminho pela trilha andando a pé várias horas em direção ao Morro das Sete Voltas, para o norte. Ao meio dia, chegando no fundo do Saco do Mamanguá, pegou uma pedra de pouco mais de um quilo e enrolou com cuidado toda a corda que tinha preparado, guardando tudo em um saco de pano. Agora o material parecia muito mais quantidade. Desde aí saiu remando na canoa rumo à praia do Mamanguá.

Ele ia assoviando, feliz de pensar que estava tudo resolvido e que nada iria lhe acontecer.

Chegando na casa foi muito bem recebido. O dono convidou-o para um café adoçado com melado. Também ofereceu banana cozida e cuscuz recém preparado pela esposa. O tempo ia se passando e já não dava para voltar. Foi então que o dono da casa, curioso, pediu para ver como tinha ficado a corda. Os três filhos moços do casal também queriam ver.

Mas nosso amigo já estava se arrependendo do mau feito. Ficou pensando e desconversou. Estava se arrependendo da maldade vendo a acolhida que tinha recebido, e que ainda teria de ficar para pernoitar. Então querendo dar mais um tempo falou que a encomenda estava no rancho das canoas e que como era noite e estava bem escuro, seria melhor esperar o amanhecer. O dono da casa ficou satisfeito e os dois passaram mais um tempo contando causos, até que a vela que os iluminava acabou.

Foram dormir e no outro dia, quando apenas amanhecia, levantaram-se. O dia ainda estava escuro quando o morador do Sono foi lavar o rosto. Depois foi no rancho das canoas e trouxe o rolo da corda que pesava bastante. O comprador satisfeito nem notou a fraude. Ele deu o dinheiro acertado e nosso ‘enrolão’ saiu rapidamente na direção do fundo do Saco do Mamanguá para depois continuar a pé pela trilha que o levaria ao Sono. Após pegar o dinheiro da venda das cordas embarcou em sua pequena canoa e “curvou remo”. Chegando no meio do manguezal, havia um imenso tronco de madeira que mal se via, pois ficava boiando quase na linha d’água. Ele sentou bem na popa da canoa e conseguiu atravessar por cima do tronco.

Dentro de casa o comprador descobriu o engano e ficou uma fera. Dando berros, muito nervoso, chamou os filhos, pegaram a canoa grande e saíram arrastando na areia até a praia para perseguir o caloteiro.

Correram os filhos, empurrando a canoa enquanto o pai mantinha a vista nos pássaros que se afastavam, e na canoa lá na frente que se deslizava dentro dos riachos do manguezal. Os filhos remavam com muita habilidade avançando até quase alcançar o homem mentiroso.

Mas com tanta pressa, os perseguidores não lembraram do tronco e bateram a canoa em cheio, caindo todos na água fria, para felicidade do espertalhão.



Aprendendo a extrair a fibra da bananeira para elaborar papel com Rafaela Albino da Conceição

Filha de Lira dos Santos Albino e Daniel da Conceição, neta de Dona Aurora Santos Albino, esta moça de 24 anos trabalha com fibra do tronco da bananeira.

Rafaela aprendeu a fazer esse artesanato numa oficina realizada pela EMATER, em Paraty, voltada para comunidades rurais, para desenvolver conhecimentos de novas formas de trabalhar com matéria prima local. É uma ótima fonte de geração de renda, pois é um material abundante na comunidade.

“A retirada do tronco é simples e pode ser feita facilmente, já que o tronco é descartado depois que se tira o cacho de banana. A bananeira abunda em todos os quintais. Depois, o tronco é picado em pedaços pequenos, retira-se o miolo, que é a parte que não se desfaz no cozimento, e cozinha-se por umas três horas. O cozimento pode ser feito no fogão à lenha ou fogão a gás. Mas acho melhor no fogão à lenha, cozinhando dentro de uma lata, porque a bananeira empreteja a panela e faz uma pequena bagunça na hora do cozimento. Depois, joga numa peneira grande e lavo as fibras que voltam a ficar de molho em água limpa, até a retirada total da cica. O produto é uma folha grossa como de papelão que se molda em cima de uma forma do trabalho a ser feito. A forma pode ser plana para fazer papel ou como um copo, porta bolo, travessa, entre outros. Para secar, em seguida, as peças vão para o sol. A secagem dura em média meio dia, em dia de sol e um dia inteiro se estiver nublado. Depois de seco a gente retira o trabalho que fica no modelo do molde”.

Ela conta que acha difícil acabarem as bananeiras, porque a banana é uma fruta apreciada por todos, além de se regenerar sozinha; seu manejo é muito fácil.

“Hoje os dias são mais fáceis, os jovens aprendem com os mais velhos um pouco das histórias da comunidade, de como era o modo de subsistência e os utensílios utilizados, que hoje chamamos de artesanato. Os trabalhos artesanais são passados de pai para filho e quando existe alguém que produz esses artesanatos, a cultura é preservada”.

Receita para fazer sopa de farinha.

Rafaela lembra das histórias contadas pela sua avó Aurora. “Antigamente algumas pessoas da comunidade saíam cedinho do Sono e iam até o Cairucu das Pedras para tirar um tipo de limo das pedras, e depois voltavam pela trilha com sacos pesados nas costas. O produto era vendido para um japonês. Era uma maneira de aumentar a renda familiar com os trocados que ganhavam.”

“A avó Aurora lembra que, para chegar a Paraty, o caminho era feito por uma trilha até o Mamanguá, e quando chegavam no fundo do Saco do Mamanguá, deviam ficar um tempo esperando um barco para atravessar o mangue e continuar a trilha. Às vezes a carona demorava muito, então toda vez que eles iam para Paraty carregavam peixe seco e farinha. No meio do caminho, onde corria um rio, eles faziam uma fogueirinha para assar peixe e preparavam uma sopa muito boa, misturando água com a farinha de mandioca.”



Corrupira

Até 1970 a carga de produtos como farinha de mandioca, aipim, banana e outros só podia ser transportada por mar ou pelas trilhas entre a mata, com tração animal. Só depois, com a abertura das estradas, o transporte passou a ser feito com caminhão e outros meios movidos a combustível.

Jarbas Alves de Sousa, 51 anos, é filho de Marta Beata dos Santos Sousa e Manoel Alves de Sousa.

Morador do Morro do Curupira, alto da praia do mesmo nome. Jarbas lembra do seu avô Maurício da Cajaíba, que em 1870 fundou um povoado batizado com esse sobrenome e que foi se formando e se estabelecendo com a chegada de outras pessoas, até meados de 1985. Maurício foi o pai da mãe de Jarbas, chamado Jarbas Bernardo.

Eles todos são descendentes das três famílias existentes no século XVIII, de sobrenomes Aires, Boa e Maurício.

- “Das falas dos ancestrais a gente acata como verdades os fatos, e depois confere.”

Estas são as declarações dos caiçaras acostumados a receber a tradição oral como fidedignas. E por serem detentores do conhecimento têm na memória tudo aquilo que, com respeito, guardaram do saber tradicional.

O alto do Morro do Curupira fica a 400 metros do nível do mar.

Da casa de Seu Jarbas dá para ver a Baía da Ilha Grande. Na frente podemos ver, ao leste, os Morros Ilhote Pequeno e Ilhote Grande. Ao Sul, o fundo do Saco do Mamangá, que se comunica com a Praia do Sono e Laranjeiras. No lado Norte, o Pontal, a Praia Grande, a Ponta do Leão ou Guarda Mor - último lugar da família dos Boa. Depois, baixando o morro, vem a marcação dos limites do Paraty Mirim e



Mamangá. Na margem peninsular, a Ponta do Bananal, o Baixio, a Praia do Cruzeiro, o Morro do Cairuçu e o Morro da Cajaíba. A Ponta do Buraco está localizada na entrada do Saco.

O acesso até as terras que ele possui ainda é feito por um caminho tortuoso de subida íngreme, gastando-se mais ou menos uma hora desde a estrada de Paraty Mirim, distante 3 quilômetros da BR 101.

- “O artesão também é um arquiteto, por que no momento que a gente dá forma a um objeto, acaba descobrindo outra forma de fazer.”

Com essas palavras ele mesmo se apresenta, dando a conhecer sua habilidade manual e o brilho do seu engenho - o que o torna completo, sem esperar o reconhecimento de qualquer universidade.

Jarbas é considerado um dos últimos ‘Mestres do Saber’ em confeccionar o tipiti, o samburá e o JAKÁ - o mais antigo cesto de transporte de carga levada por mula ou burro.

Ele é um conhecedor das plantas medicinais da mata, às quais reverencia e cuida, fazendo seus próprios viveiros e usando os benefícios de tais “remédios”. É o caso dos cipós.

- “Desde que se crie um ambiente natural que reproduza seu habitat, vou trazendo os remédios de longe para perto, da mata para minha casa, podendo assim usar os cipós para ter uma vida mais saudável.” Com essas palavras Jarbas explica qual é o segredo do manejo, aplicado tanto para os cipós quanto para a taquara e o imbé.

- “O manejo na minha terra é o começo de um trabalho. Temos que expandir mais a consciência da necessidade de preservar as qualidades e variedades de espécies vegetais, bem como divulgar as formas de construir objetos com essas fibras.”

Jarbas fala sobre os cipós

- “O cipó imbé é a fibra número um do Brasil - a primeira descoberta e aprovada até os dias de hoje!” - afirma ele, com absoluta certeza.

O cipó cravo é o que ele considera o melhor para cestaria, pelas fibras de boa qualidade e pelas propriedades benéficas à saúde humana.

O cipó avuta é o que dá uma fruta gostosa, parecida com a jabuticaba e também possui propriedades para uma vida saudável.



Mais sobre o cipó imbé

Nosso amigo Jarbas nos leva até o lugar onde se encontra a planta-mãe do imbé, por ele replantado. Ali surgindo em cima de duas pedras enormes, podemos ver a espécie do philodendron imbé, com suas folhas grandes em forma de coração, caule grosso e raízes que buscam o solo, se estendendo a até quatro metros ou mais. Se cortadas, estas raízes ampliam sua grossura, permitindo que a pele e o centro sejam mais robustos e rendam mais objetos.

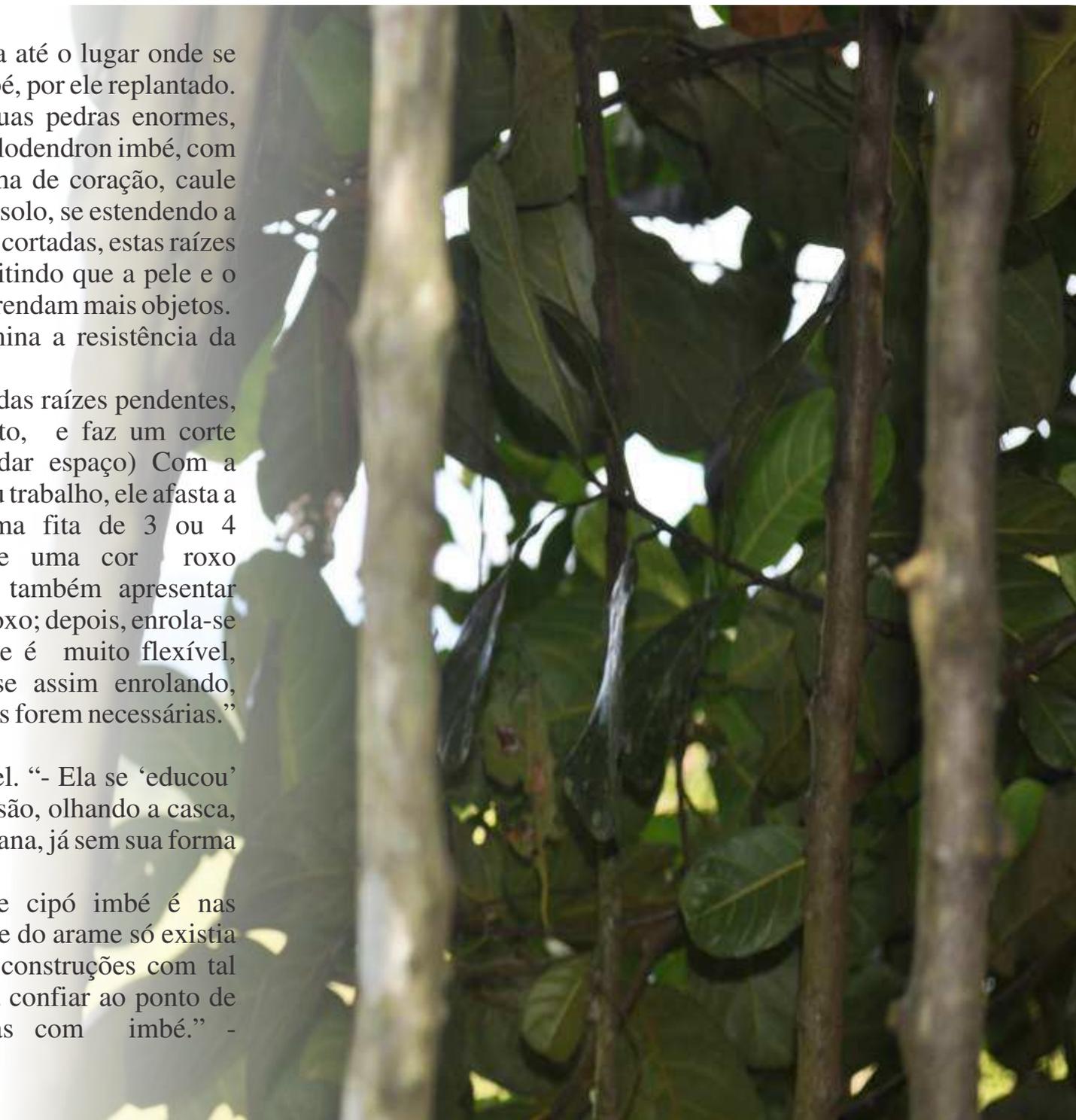
- “O tempo de corte determina a resistência da pele.” - nos explica Jarbas.

Para nos mostrar, corta uma das raízes pendentes, de 2 metros de comprimento, e faz um corte longitudinal com a faca. (dar espaço) Com a precisão de quem conhece seu trabalho, ele afasta a casca da raiz e separa uma fita de 3 ou 4 centímetros de largura, de uma cor roxo amarronzado. - “Ele pode também apresentar outras cores, como preto ou roxo; depois, enrola-se na palma da mão a fita, que é muito flexível, enquanto está úmida. Vai-se assim enrolando, separadamente, quantas raízes forem necessárias.”

- segue explicando Jarbas.

- “Podem ver como é flexível. “- Ela se ‘educou’ rapidamente.” - revela o artesão, olhando a casca, que permanece estendida e plana, já sem sua forma roliça de raiz.

- “A principal utilidade de cipó imbé é nas construções. Antes do prego e do arame só existia esta maneira de amarrar as construções com tal firmeza . Tanta que se podia confiar ao ponto de morar em casas amarradas com imbé.” - prossegue Jarbas.



As casas ainda são construídas com Juçara e amarradas com cipó Imbé, cipó Una e cipó Timbupeva - os três materiais que substituem o prego ou o arame de metal.

Até sessenta anos atrás também eram feitos laços trançados à mão, para serem usados no sistema de manivela ou carretilha, para aguentar o peso. O cabo do imbé trançado aguenta toneladas de força para puxar o peso e carregar os barcos.

Tece num tear panos de imbé para obter unidades de 3 ou 4 metros de comprimento que emendados um a um formam redes de cem metros de pano, com os quais se construíam cercos de pesca. Com estas malhas abertas apanha-se peixes no mar. Esta forma de pescar, imitando os indígenas que habitavam a região, se perde no tempo mas foi copiada e mantida até hoje pelos caiçaras.

Atualmente as redes são de fio industrial de material plástico, e ao termo de sua vida útil transformam-se num lixo muito difícil de tratar.

- “Uma utilidade básica na cestaria com taquara é o acabamento de imbé, para proteger a borda. A cor preta, cinza ou roxa, segundo a qualidade da casca, protege da umidade, proporcionando maior vida útil ao cesto” - nos ensina Jarbas.

O Jeito Sustentável

A peneira que Jarbas sabe fazer tem várias tramas, umas mais abertas no centro e outras mais fechadas, formando o marco. As medidas mais abertas servem para peneirar farinha e as fechadas para polvilho - um subproduto da mandioca. Serve também para limpar o arroz, isto é, retirar a sua casca.







Mamanguá



Entrevista com Benedito Conceição, o Ingré

Nascido no Mamanguá há sessenta e cinco anos, Ingré, como foi apelidado, disse ter o tronco da sua família Conceição lá na Praia da Ponta Negra, na Praia da Ponta da Joatinga, na Praia do Sono, na Praia das Laranjeiras, no Mamanguá, em Paraty Mirim, na Espada Velha, fundão da cidade. Fundão através do qual se saía na fazenda chamada Boa Vista, já no continente.

Sobre a antiga maneira de ser caiçara, Ingré declara: - “A vida era produzir tudo para se alimentar. Na roça: inhame, abóbora, aipim, feijão, banana e cana de açúcar para fazer o melado que adoça o café colhido lá mesmo. E no mangue: peixe, marisco, caranguejo. Daí a necessidade de inventar e fazer apetrechos para pegar peixes. Entre os apetrechos, o mais usado é o covo.”

O covo pode ser descrito como uma caixa que possui duas laterais quase triangulares com as pontas arredondadas e uma longa faixa do mesmo tecido que une as duas tampas, tendo na entrada ou 'boca', um funil de palhas de bambu que disposto de forma curva, facilita a entrada do peixe, mas não o deixa sair. O covo é uma armadilha engenhosa que se utiliza no mar para pescar polvo, lagosta, garoupa e outros peixes.

O conhecimento da técnica de tecer e armar o covo, Benedito aprendeu com seu avô Francisco José Alexandre, nascido na Ponta Negra.

O covo é feito de bambu, material que tem mais durabilidade e oferece mais resistência que a taquara ou taquara de lixa.

- "Existem espécies de vegetais que o mar destrói e outras que apesar da água salgada, o mar conserva como um verniz. Segundo o material empregado acaba estragando mais cedo".

Enquanto Benedito tece uma das laterais do covo com as taliscas de bambu, entretorcendo a trama aberta para formar um tecido de triângulos de 3 centímetros de lado, vai narrando sua história de vida.



Ele vai usando uma lateral de covo, já pronta, como guia para acertar a distância dos pontos e os entrelaçados das palhas, trabalhadas do lado interno, mas depois, deixando a pele verde do bambu exposta para fora.

- “Antigamente eu tinha as lojas para vender em Paraty; agora parou. Quem gosta de pesca faz encomenda.”

- “Um covão cheio de lagosta ou garoupa rende dinheiro que alcança para pagar ao artesão e sobra para o pescador.”

Algumas indicações de Benedito/Ingrê sobre os cuidados com o covão

- “Bota-se isca dentro para atrair o peixe. A isca pode ser sardinha ou bonito. Coloca-se no mar. Alguns peixes entram por curiosidade. Tem gente que arruma algum objeto brilhante ou colorido, pedaço de vidro ou louça. A armadilha permite que o peixe ache a entrada, mas não a saída. Deixa-se o covão permanecer lá de um dia para o outro. No dia seguinte vai-se verificar. Ai arria-se o conteúdo e leva-se pra casa para enxugar, secar. ao colocar no mar sempre amarrar uma bóia para poder achá-lo, caso a maré o carregue para longe. Ao retirar do mar, lavar com água doce para tirar o lodo. Guardar na sombra. Isto garante um ano de durabilidade.”

- “A realidade nossa é que apareceram outras armadilhas para captura de peixe: armas de mergulho, arpões, peças parecidas com o covão, feitas de forma industrial, com material plástico. Estas ofertas no comércio são concorrentes do nosso trabalho artesanal, com o preço do elemento industrializado, mais baixo. Sendo que a comunidade tem que se adaptar ao novo modelo, feito para uma única função; enquanto os modelos antigos cumpriam várias funções. O preço é menor mas tem de se adquirir outros o tempo todo, aumentando o consumo.” - retoma sua narrativa, com a triste análise dos fatos.

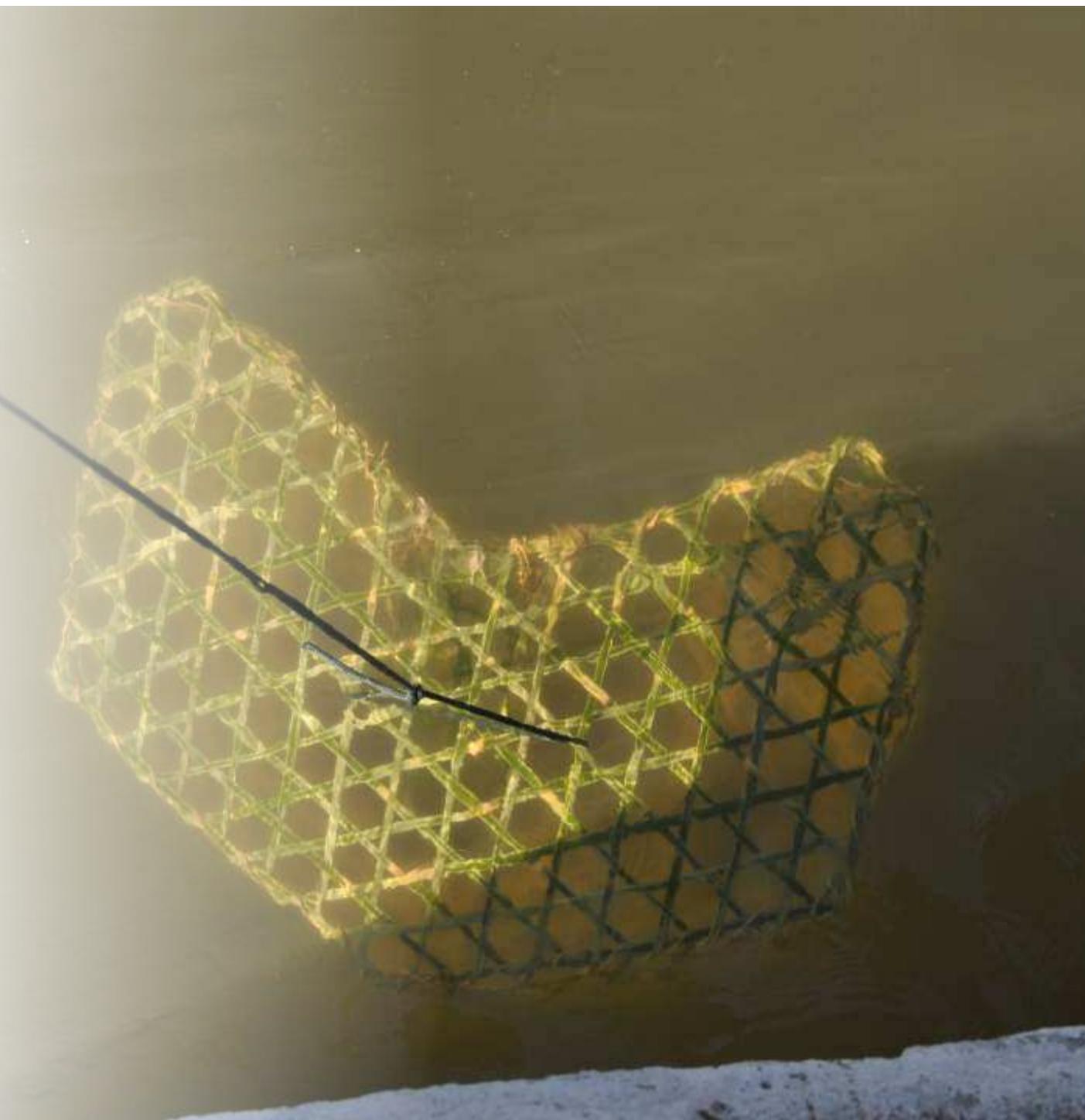


- “Falsa criatividade num escritório administrativo onde só se cria é o salário deles.” - conclui Benedito, com pesar e revolta.

Este entendimento explica muito bem o mecanismo de exclusão da economia globalizada, baseada na produção industrial para consumo massivo e sustentada por um sistema burocratizado, que lamentavelmente está acabando com a cultura local, não permitindo a inserção dos caiçaras na cadeia de produção.

- “O grande castigo é que alguns têm que pagar para manter este sistema de economia.”-sentencia Ingré, desiludido.

Para encerrar nossa entrevista, perguntamos se alguém da sua família já aprendeu a tecer o covo. Seu Benedito nos diz que seus filhos não quiseram aprender, mas sabem entalhar barquinhos com madeira de caixeta, que uma vez pintados são vendidos em Paraty ou para turistas que passam pelo local.



Declamação

Autor: Jarbas Alves de Sousa

Em 1720, há muito tempo passado,
Nascia pequena vila
Formando assim o povoado.
Entre rio, mar e serra, num encanto concentrado,
Entre Angra e Ubatuba, em chão belo abençoado.

O tempo passa depressa, quase que a gente não vê,
Estrada vinda de Minas fez nossa vila crescer.
Com floresta verdejante, lindas praias pra curtir
Molhada por vários rios, que deságuam por aqui.

Falo desde Mambucaba até o Paraty Mirim.
Nossa moeda eu me lembro, não sei se era centavo,
Só sei que a mão de obra maioria foi de escravo.

Este caminho foi feito no tempo da escravidão,
Pois passava por São Paulo, descia nosso sertão.
Transporte a lombo de burro era essa a solução.
A nossa vila era um porto pra fazer baldeação.

Indo pra o Rio de Janeiro toda aquela produção.
Três barcos faziam a rota em nosso mar brasileiro,
Eram Chalana e Badeijo junto ao navio negreiro,
Levando as nossas riquezas do Brasil pra o estrangeiro.

Quem viu Paraty antigo veja hoje como está.
O Paraty do passado no presente faz chorar.
O progresso aqui chegou, mas com jeito diferente.

Com alegria sem graça, não igual a antigamente.
O Paraty do passado traz mesmo recordação
Das coisas que aconteciam pela praia e no sertão.

á começa com meus pais e também com meus irmãos
Com a atual burocracia acaba-se a tradição.
Acabaram as casas simples que se chamavam choupanas
Com quintais grandes plantados de milho, feijão e cana.

E pelo rio descia a canoa Catarina carregada de banana.
Também fico lembrando dos bons tempos de verão
Em que pescador jogava rede, vinha peixe de montão.
Peixe seco a todo lado era mesmo uma fartura
Hoje só resta pensar... Mudou mesmo de figura.

Falando em burocracia que acaba com a tradição, agora
vou mais além:
Burocracia chegou pra acabar a corrupção e o Brasil se
transformar
Hoje existe milhão e não se prende ninguém.



Pedras Azuis







**Problema
com um à três
com unidades**

Além de colher os materiais e prepará-los para tecer, existem muitos conflitos relativos aos moradores da região e são os que se referem às dificuldades encontradas nos últimos trinta anos para continuar a tradição.

O novo século apresenta para as comunidades tradicionais da Mata Atlântica da região de Paraty, ou seja, indígenas, caiçaras e quilombolas, muitos problemas sociais e econômicos.

Dentro de algumas comunidades há pobreza, criminalidade, drogas, discriminação e nenhum acesso às mudanças tecnológicas. As requisições para morar numa reserva ecológica ou unidade de conservação, exigem adaptabilidade em relação ao manejo sustentável do meio ambiente.

Também existe a ameaça aos territórios por causa da valorização e especulação na compra e venda de imóveis.

“O sentimento de injustiça é muito grande quando, da noite para o dia, os habitantes passam a saber que moram nos limites restritos ao parque ou à área de preservação; mais ainda vendo que as restrições que os limitam no seu relacionamento vital com o ecossistema não são aplicadas às pessoas com capital econômico suficiente para infringir a lei, destruir o ambiente e calar às autoridades com um suborno.”
Seu Jardson, da Praia do Sono

Nas cidades é oferecido o turismo para a região através dos meios de comunicação, para um consumo massivo. As companhias de turismo e os próprios hotéis e pousadas dentro do perímetro urbano de Paraty, quando não dentro dos territórios das próprias comunidades, promovem a visita indiscriminada que não dá retorno para a maioria da população, mas que provoca um gravíssimo impacto ambiental e social no sossego da vida nas matas.

Acesso precário aos serviços públicos como transporte, colheita do lixo seco, estradas mal tratadas, assistência médica insuficiente e sistema de ensino deficiente, fazem suas vítimas tanto no morador quanto no turista.

O que no passado foi uma importante fonte de alimentação e renda: a atividade de agricultura e pesca, hoje em dia passa por dificuldades. Para os caiçaras é um problema pescar e comercializar os produtos. A diminuição da pesca é uma triste realidade local e global, provocada pelas mudanças do clima e as leis ambientais.

“As leis de proteção ao ambiente nos excluem da economia baseada no extrativismo. Hoje o morador do parque ou da área de proteção acaba atuando na clandestinidade, no próprio lugar em que nasceu.”
Declaração de um morador do Quilombo do Campinho

Ao longo dos últimos dez anos, o resultado do turismo desordenado já tem aparecido em algumas comunidades tradicionais.

Nos dias de hoje, o turismo é uma das principais metas de desenvolvimento econômico sustentável. O que se pretende é estimular o turismo organizado e exercido pelos próprios habitantes das comunidades tradicionais.

O turismo predatório, com construções modernas que ferem o ambiente, falta de planejamento urbano na concentração à beira mar, serviços como água e esgoto insuficientes, proliferação de lixo e de óleo combustível lançados ao mar por pequenas embarcações, assoreamento por causa da ocupação de costeiras para casas de veraneio e marinas onde estacionam lanchas e barcos a motor.

Talvez se fale que os problemas são globais, mas uma complicação vai além: estes povos deverão adaptar-se a um mundo transformado pela exploração de outras pessoas. Esta adaptação está sendo difícil, precisando a urgente intervenção de órgãos do Governo das três esferas: federal, estadual e municipal, intervindo com suficiente cuidado para proteger a cultura e as tradições.

Órgãos federais como o IPHAN - preservando o patrimônio material e imaterial.

ITERJ - Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro, entidade estadual responsável pela regularização fundiária.

INEA - órgão federal de preservação ambiental, constituído recentemente.

A própria Prefeitura Municipal - dando mais apoio às questões sociais das comunidades que ficam fora da concentração urbana, mas que são oferecidas como atrativo turístico pelo lucro exclusivo dos capitais dos setores de hotelaria, transporte e especulação imobiliária.

Demandas ouvidas dos Caiçaras sobre a Questão Fundiária:

Os caiçaras precisam do apoio dos órgãos governamentais para a conservação e valorização do assentamento e do estilo de vida tipicamente caiçara, que ainda predomina nas comunidades do Pouso da Cajaíba, Praia Grande da Cajaíba, Praia do Sono, Calhaus, Ponta

Negra, Saco das Anchovas, Cairuçu das Pedras, Ponta da Juatinga e Cruzeiro.

É também pedido que oórgãos das três esferas governamentais se interessem em promover o cumprimento das determinações da Lei Estadual que criou a Reserva Ecológica da Juatinga – Lei Estadual nº1.859/91, e da Lei Estadual nº2.393/95, que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro.

Justificativa para criação da Lei 2.393 de 20/04/1995:

“Existem povos nativos residentes em unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro que se equiparam em direitos, aos povos indígenas, protegidos pelo artigo 327 da Constituição Estadual, uma vez que, praticamente vivendo isolados e dependentes dos ecossistemas locais, desenvolveram formas próprias de organização social, costumes, crenças e tradições bem como de relação com o meio ambiente, o que permitiu a convivência harmoniosa com os ecossistemas, compatibilizando as exigências do desenvolvimento humano com a capacidade de recuperação natural do meio ambiente. Um conhecimento, portanto, extremamente importante para a sociedade moderna que busca caminhos para uma relação menos predatória com a natureza.

Apesar desta importância, populações permanecem abandonadas e, em alguns casos, consideradas indesejáveis, sem a segurança da garantia de permanência nas áreas já ocupadas na maioria dos casos há mais de duas gerações (mais de 50 anos) – muito menos de continuarem com seu modo de vida. Sem apoio, estas populações têm sido alvo fácil de especuladores e influências externas prejudiciais ao

seu modo de vida já há mais de 50 anos. Tudo isto irá garantir também a constitucionalidade, atendendo o exigido no artigo 68 da Constituição Estadual uma vez que, não se trata de assentamento ou de reforma agrária, já que estes povos estão vivendo nas áreas que ocupam há várias décadas, muito menos de doação ou de cessão gratuita, já que a concessão para o uso do imóvel estadual é restrita, não podendo ser negociada em tempo algum, locada ou sublocada e só transferível aos descendentes diretos, se os mesmos também dependerem direta e prioritariamente para sua subsistência das mesmas áreas. Não é uma cessão gratuita pois, em seu artigo 1º do presente projeto de lei autorizativo, no segundo parágrafo exige como contrapartida para a concessão, a participação na preservação, recuperação, defesa e manutenção das unidades de conservação que ocupam, constituindo-se, portanto, em preciosa mão de obra, não só pela capacidade de trabalho destas populações, como por seus importantes conhecimentos, sendo verdadeiros defensores da natureza.

O art.98 da Constituição Estadual diz que cabe à Assembléia Legislativa com sanção do Governador, legislar sobre todas as matérias de competência do Estado, entre as quais encontra-se no inciso VI do mesmo artigo, a concessão de direito real de uso de bens públicos estaduais. Assim, a presente lei, ao autorizar o Executivo a assegurar às populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado o direito real de uso das áreas ocupadas, não fere os dispositivos da Constituição Estadual.”

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT

Consultoria para instruir procedimentos relativos à caracterização e resolução de conflitos existentes com comunidades tradicionais – caiçaras, quilombolas e indígenas, na região de Angra dos Reis - RJ, Paraty – RJ e Ubatuba – SP.

Autora Thatiana Duarte do Monte Lima Lourival
Consultora

O Fórum das Comunidades Tradicionais

Ao longo dos últimos anos os povos das comunidades tradicionais são alvo de interesse político, social e religioso.

Incluí-los dentro de estatísticas para que formem número suficiente que justifique destino de recursos tem sido a maneira mascarada do sistema capitalista excluir, coagir e desrespeitar as pessoas. O que suscita dúvidas e esgotamento nas esperanças da população, já que muitas promessas não são cumpridas.

Reunidos em mais de 13 comunidades caiçaras, 7 comunidades quilombolas e 4 comunidades indígenas da etnia guarani, o Fórum propõe a análise da problemática comum a todos e articula ações perante os órgãos governamentais para reconhecimento e defesa de seus direitos e implementação do decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

O Fórum atua de forma descentralizada e é aberto à participação de todas as comunidades tradicionais da região, abrangendo Angra dos Reis e Paraty (Rio de Janeiro) e Ubatuba (São Paulo).

Colocando em pauta assuntos relacionados à Recategorização da Reserva Ecológica da Juatinga (REJ - criada pelo Decreto Estadual nº 17.981, de 30 de outubro de 1992, a Reserva Ecológica da Juatinga aguarda a definição de sua categoria àquelas definidas na Lei Federal 9.985/2000, como determina o artigo 55 do mesmo texto legal, não possui plano de manejo, nem apresenta regularização fundiária.), tais como educação diferenciada e sua compreensão por parte das Secretarias de Educação e por parte das comunidades; vida sustentável das comunidades;

empreendimentos que ameaçam as comunidades csteiras; órgãos ambientalistas ineficientes e participação ativa das lideranças nas manifestações que permitam tencionar as medidas unilaterais tomadas pelas ONGs e órgãos federais, estaduais e municipais; as premissas do Fórum relevam a demanda de soluções que deverão atender várias dimensões:

1- A dimensão política e social, em que a participação das populações envolvidas consulta os sujeitos para que estes possam construir a sociedade que convive com o ambiente saudável. Com isto reduzir-se-á o número de investimentos aleatórios “mascarados de verde” de políticas sem fundamento e que em nada contribuem para com as comunidades;

2- A dimensão técnico-científica, que permite elaborar uma demanda para o desenvolvimento sustentável fundamentada científica e tecnicamente, buscando soluções e satisfações viáveis e possíveis para cada comunidade, não só a saber, mas saber fazer, não só querer fazer, mas conhecer na prática os instrumentos adequados que levam à consecução das metas propostas;

3- A dimensão pedagógica na vivência do dia a dia, sentir a necessidade e perceber o problema, vivenciar o sentido da realidade local e respeitar esse significado, antes de qualquer mudança, analisar as causas e consequências, dado o delicado equilíbrio da natureza e a dependência das pessoas desse equilíbrio.

Populações Extrativistas e Tradicionais - Vítimas Históricas do Colonialismo e do Livre Mercado

Grupos diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais, foram submetidos à invisibilidade pelo processo econômico, social e cultural dominante.

A exploração sempre marcou a Mata Atlântica, desde o início da colonização. A extração de madeira, especialmente do Pau-Brasil, os ciclos do açúcar e do café e o desmatamento para instalação de indústrias são eventos de nossa história que

ontribuíram para a degradação desse bioma. A extração do palmito Juçara (*Euterpe edulis*) para consumo e o tráfico de animais silvestres são exemplos de problemas atuais que devem ser combatidos.

Ainda assim, existem vitórias na preservação da Mata Atlântica. As taxas de desmatamento caíram nas últimas duas décadas e a área de florestas protegidas quintuplicou, além do estabelecimento oficial em 1992, pela UNESCO, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A sociedade, organizando-se com a ajuda de ONGs, é responsável por promover esforços para preservação desse importante bioma.

A mesma sociedade que explorou predatoriamente os recursos naturais durante o processo de colonização, cria novas e diversas “etiquetas” e “rótulos” para mascarar no interior das tendências “ambientalistas” o caráter classificatório a fim de estigmatizar as comunidades

A definição de que as comunidades têm indivíduos que sofrem por não ter escola, educação, esgoto sanitário, etc, tem servido para confundir com um juízo de valores equivocados os termos do problema, estigmatizando todo comportamento que se aparta da norma da modernidade e do quadro de situações codificadas pela mesma sociedade excludente, que “depredou” o ambiente no passado, num processo protegido pelo Estado..

“A situação da Reserva Ecológica da Juatinga é preocupante, sobretudo no que diz respeito às crescentes ocupações irregulares nos costões rochosos; à venda de posses de caiçaras a turistas; às construções de casas pela população local para aluguel de temporada; às valas de esgotos a céu aberto; ao camping ; às ofertas de passeios

e caminhadas por empresas de turismos; à presença de animais domésticos; à caça. A coleta de palmito e subprodutos da fauna e flora estão levando à degradação da área num ritmo acelerado e irreversível, a exemplo de todo litoral brasileiro, que tem nessas terras a supervalorização pela proximidade com o mar e ainda particularmente pela exuberância das áreas verdes.”

As pessoas das comunidades tradicionais são definidas como possuidoras de uma personalidade à margem das normas e a caracterização do seu comportamento como anti-social, negligente, desinformado, anula toda possibilidade de inclusão, ou, em outras palavras, o morador da comunidade apresenta uma má adaptação dentro da sociedade dominante. O problema conserva na nossa cultura a aparência do incompleto, dependente; e a tipificação é feita com a finalidade de proteger as pessoas e a sociedade “normal” da destruição que estas pessoas poderiam fazer ao meio ambiente.

Podemos dizer que estas classificações são de caráter classista dos setores dominantes que não toleram os elementos e as sociedades que não respeitam suas regras.

Tendo em conta a classificação que sempre foi feita sobre as classes com pouco poder econômico e nenhuma participação social ou política, os parâmetros de qualquer norma de uma sociedade em vias de desenvolvimento, valorizam a eficiência de um pólo da realidade, subordinando a ineficiência codificada do outro extremo.

Toda sociedade influente, dona do poder político e econômico, com formação universitária e domínio dos meios de comunicação, tende a criar uma divisão entre as maneiras de ser e de viver de seus membros, um “status quo” e uma legislação para adaptar e assimilar os elementos, não tanto para melhorar a vida das pessoas, mas sim para descobrir um novo tipo de produtividade e eficiência que contribua para

explorar ineficiente e a-(retirar) o improdutivo, ou encontrar para eles uma nova funcionalidade.

Portanto, temos que ver se aquelas intervenções técnicas disfarçadas de ecológicas ou sustentáveis, realmente correspondem a uma linguagem adequada à realidade do lugar e das pessoas que ali moram. No entanto, os discursos prático-teóricos colocados pelos cientistas de vanguarda deixam em crise a situação, facilitam os planos políticos ou econômicos de modo que atendam a interesses gananciosos e alheios aos interesses das comunidades.

Vemos constantemente eventos sociais promovidos por bancos, ONGs e até igrejas apresentando os habitantes caiçaras, indígenas e quilombolas como foco e chamariz de projetos que lembram o antigo comércio colonialista que trocava pau-brasil por bolinhas de gude e espelhos.

Vemos as lideranças tradicionais se dividindo perante a oferta enganosa que nada deixa de bom para seus paradescentes ou para a continuidade da preservação dos seus direitos.

A preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica serão sempre direitos prioritários.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,
DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, na forma do Anexo a este Decreto.

Art. 2º Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo [Decreto de 13 de julho de 2006](#), coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os [arts. 231 da Constituição](#) e [68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#) e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

(organizar a diagramação da assinatura abaixo)

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Patrus Ananias

Marina Silva

Do Mato, das Fibras e Cipós até “Ymaguaré”

As falas dos antigos guaranis trazem lembranças de um outro tempo, quando a caça era farta, as águas dos rios eram límpidas e o material para trançar e fazer as cestas “AJAKA” crescia em abundância.

Territórios generosos onde os guaranis ficavam para viver seu “TEKOA” - modo de ser autêntico. Ali podiam manter sua identidade étnica, em relação direta com a natureza e suas forças desafiadoras.

Nas áreas indígenas e no planeta como um todo, torna-se escassa a matéria prima vegetal e os recursos naturais estão desaparecendo do meio ambiente.

Os guaranis e outros povos da Mata Atlântica reúnem-se para continuar no fortalecimento de sua cultura e para salvar sua relação com o passado. O aprendizado de tradição oral tem relação direta com a resistência linguística dos indígenas. O reconhecimento dos Mestres do Saber, todos eles já muito anciãos, é uma forte conexão entre os mais antigos e as gerações atuais e futuras. Esta arte milenar de tecido com fibras de diferentes espécies vegetais como: taquara, taboa (cana que nasce no brejo), cipó (espécies de lianas da Mata Atlântica) foi utilizada pelas culturas tradicionais para confecção de cestas, balaios e jacás (em língua guarani AJAKÁ). Atualmente encontramos algumas pessoas de idade avançada que continuam com a tradição artesanal. Contudo, devido à falta de estímulo e o desinteresse dos mais jovens, observamos que a cada dia que passa está se perdendo esta tradição, tanto pela implementação de novos materiais como pelo impacto cultural.



Essa reunião anual chamada YMAGUARÉ, que ocorre todo dia 12 de outubro, começou em 1997, em Paraty, estado do Rio de Janeiro. A idéia nasceu de um grupo de artistas que frequentava as aldeias e que idealizou a junção de forças para mostrar o trabalho da comunidade. Com a apresentação do Coral da Aldeia Araponga, dando um toque musical ao encontro, que reunia artistas cesteiros das três comunidades indígenas: Araponga, Bracuí e Paraty Mirim, deu-se origem ao "YMAGUARE": uma volta aos tempos antigos.

Com o passar do tempo foi criado o Prêmio "Viejo Award" a fim de estimular a produção da cestaria guarani e o aprimoramento das técnicas entre os artistas.

A partir de 2008 houve a inclusão de outras comunidades tradicionais: os caiçaras (povo dos pescadores) e quilombolas (povo remanescente de escravos).

Os encontros que no começo se limitavam a uma exposição de objetos artísticos transformaram-se em um encontro de cestaria tradicional. Os participantes oferecem oficinas para alunos, turistas que visitam a cidade e demais interessados. Ocorre também mostra artística, show musical e um almoço comunitário com pratos típicos. O evento que inicialmente era de um dia passou a ter a duração de três dias no Calendário Cultural do município de Paraty.

O encontro de artistas e artesãos é um diálogo atual sobre a problemática do habitante desta região de Área de Proteção Ambiental; homens e mulheres que enfrentam o problema da economia globalizada e de como poderão se inserir no mercado atual sem abandonar sua cultura.

"Cada ano o Grande Espírito desce através das mãos do homem, trazendo alma para os objetos e nesses dias nos sentimos como no passado".







Centro Cultural Poeh, Povoado de Pojoaque, Novo México, Estados Unidos.

Como a arte influencia realmente na formação individual, grupal e cultural de um povo.

No ano de 2001, a Associação Nhandeva começa uma parceria com o Centro Cultural Poeh que se inicia com o intercâmbio cultural e tecnológico entre as aldeias de Araponga, Paraty Mirim e Bracuhi, no Estado de Rio de Janeiro, Brasil.

O compromisso deste programa resultou da participação do Vice-Governador do Novo México, George Rivera no Seminário Internacional sobre Cultura Indígena e Cultura Afro-Brasileira. Também participou o Senhor Phil Karshis, Coordenador de Treinamento do Centro Cultural, sob os auspícios da Fundação de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

O primeiro passo foi dado com a ajuda da artista de Santa Clara Pueblo, Roxanne Swentzell ‘Ojegepovi’, ceramista, que visitou a aldeia de Paraty Mirim e ofereceu aulas para os guaranis.

O trabalho de revitalização da arte com as aldeias Guarani do Brasil foi acompanhado por representantes da Associação Nhandeva, que viajaram para conhecer o Poeh Center, seus artistas e o trabalho desenvolvido no Estado do Novo México, Estados Unidos da América.

Desde então viemos aplicando o método por eles criado para dar andamento a um programa de treinamento artístico para indígenas. No nosso caso, artistas das comunidades Guarani de Araponga e Paraty Mirim. - comenta Patrícia Solari, representante da Associação Nhandeva.

A arte como método de educação inclui respeito pela cultura e Relacionamentos amigáveis entre treinadores e alunos, onde o aprendizado acontece sorrindo. Basicamente é a recuperação de técnicas de criação artística através da transmissão oral

do conhecimento ancestral e entendimento na língua Guarani entre os membros das aldeias. Esta é a primeira vez que se aplica uma solução para preservar e compartilhar a incomparável arte indígena. – prossegue Patrícia.

O aprendizado através da arte, com música, danças, tecelagem de cestos ou cerâmica favorece a sobrevivência do grupo, seu senso de pertencimento e sua inserção na sociedade do homem branco. Mitos, rituais e cerimônias desempenham um papel importante na integração da cultura tribal.

Planejar e prever o que se quer conhecer e articular em ações de forma conjunta com as lideranças indígenas tem sido o maior desafio. Isto tem ajudado nos últimos anos a desenhar e deliberar sobre as bases culturais de sua educação.

Melhorar a autoestima dos artistas e a sua condição econômica tem sido o objetivo do concurso de arte e do Prêmio “Viejo Award”.

Ao longo de nove anos a seleção dos melhores cesteiros e dos melhores escultores em madeira reavivou o interesse dos mais jovens pela arte em todas as aldeias. Aumentou também o interesse pela pesquisa sobre a arte Mbya original, com materiais como taquara e cipó imbé.

• gÉ imprescindível que a educação indígena crie espaços onde os indivíduos possam explorar seu mundo, sem restringir seus caminhos. Isto permitirá mais criatividade e resultará em uma educação de relevância cultural.” - esta é a premissa do Poeh Center.

A riqueza do material didático e pedagógico oferecido no programa cultural trouxe para nós em Paraty valiosas vantagens.



Queremos deixar nosso agradecimento ao atual Governador do Pueblo de Pojoaque, Senhor George Rivera, ao Poeh Museum, que adquiriu as peças de Marciana de Oliveira e ao Senhor Phil Karshis, por seu apoio incondicional na qualidade de amigo e professor, por ter acreditado nas nossas potencialidades como treinadores de artistas.

Durante todos estes anos de parceria entre Nhandeva e Poeh Artists tivemos a felicidade de receber peças originais dos artistas Roxanne Swentzel, ceramista Tewa do Santa Clara Pueblo; George Rivera, escultor; Mateo Romero, do South Keresan Cochiti; Fritz Casuse, do Dine; Carol Naranjo, de Laguna Luisenho; San Luis Rey Bando, da Mission Indians; Lucy Year Flowers Latoya, de Santa Clara Pueblo; e de Melissa Talachy, Tewa de Pojoaque; para nossas exposições nos eventos Ymaguaré.

Atualmente, a participação dos Guaranis em mostra artística no Museu do Forte Defensor Perpétuo em Paraty, dirigido pela instituição IPHAN, vem a coroar a qualidade da arte Mbya em cestaria, escultura em madeira e cerâmica.

Referências

Fundação Nacional do Índio. www.funai.gov.br. Acessado em 12 de julho de 2011.

Grupo de Trabalho Atyuguazu. Relatório Parcial. Ministério da Cultura. Brasília, 2010.

Ladeira, Maria Inês; , Gilberto. Os índios da Serra do Mar e a presença Mbya Guarani em São Paulo. CTI Nova Estrella. São Paulo, 1988.

Langanke, Roberto.

Lourival, Thatiana Duarte do Monte Lima. Consultoria para instruir procedimentos relativos à caracterização e resolução de conflitos existentes com comunidades tradicionais – caiçaras, quilombolas e indígenas, na região de Angra dos Reis - RJ, Paraty – RJ e Ubatuba – SP. Paraty, 2009.

Ribeiro, Berta (Org.). SUMA Etnológica Brasileira 2 – Tecnologia Indígena.

Susnik, Branislava. Manuales del Museo Etnográfico “Andrés Barbero”. Museo Andrés Barbero. Assunção, Paraguai.

Senado Federal. www.planalto.gov.br. Acessado em 02 de novembro de 2011.

Ponto de Cultura “Manoel Martins” da Comunidade do Quilombo Campinho da Independência. Coordenadora: Adilsa Martins; Bolsista: Tatiana Conceição Martins; (dar espaço)Mestres do Saber: Valentin da Conceição (86 anos) e Madalena Albes da Conceição (82 anos).

Ponto de Cultura “Praia do Sono, Ponta Negra, Praia Grande da Cajaíba”. Coordenadora: Leila da Conceição; Bolsista: Jardson dos Santos; Alunos do Ponto de Cultura no Curso de áudio e vídeo: Rafaela Albino e Junior; Mestres do Saber: Flávio da Conceição, Geraldo dos Santos Araújo, Dália da Ponta Negra, Francino do Cairuçu, Dona Dica da Praia Grande da Cajaíba; Operador de câmera e editor: Francisco Solari Menoret.

Comunidade caiçara do Saco do Mamanguá, Praia do Curupira - Mestre do Saber: Benedito Conceição, ‘Ingrê’.

Comunidade Morro do Curupira e Paraty Mirim - Mestre do Saber: Jarbas Alves de Sousa.

Ponto de Cultura “Resgate da cerâmica Guarani e seu registro áudio visual”da Aldeia Guarani Araponga e Paraty Mirim. Coordenador: Nino da Silva; Mestre do Saber: Marciana de Oliveira.

Os coordenadores e alunos bolsistas também fizeram o mapeamento dos artistas e artesãos que trabalham com fibras nas comunidades caiçaras vizinhas: Paraty Mirim e Mamanguá .

